

Tribuna Operária

ANO V — Nº 173 — DE 25 DE JUNHO A 1º DE JULHO DE 1984 Cr\$ 300,00

Povo volta às ruas SEMANA DECISIVA PARA DIRETAS-JÁ



É hora de lotar de novo as ruas. Não perca os comícios pelas diretas já: dia 25, Boca Maldita, Curitiba; dia 26, na Sé, S. Paulo; dia 27, na Candelária, Rio

A volta aos grandes comícios no Paraná, São Paulo e Rio, a votação em Brasília que pode aprovar as diretas-já e a perspectiva de um candidato único das oposições, baseado num programa comum de rompimento com o regime, fazem dos próximos dias um momento decisivo. O deputado operário Aurélio Peres analisa o quadro e propõe tática de luta. Página 3

Recife virou capital do desemprego

Fechamento de fábricas, entressafra da cana e estrutura econômica caduca agravam a situação. Página 10

EDITORIAL

O povo na sucessão

No dia 27 entra novamente em votação no Congresso Nacional o processo de eleição do presidente da República. As oposições, junto com setores do PDS, lutarão mais uma vez pelas diretas-já. O governo, através de truques e pressões, tentará sabotar a vontade dos brasileiros.

Em função desta votação, a partir de segunda-feira no Paraná, e depois na terça e quarta em São Paulo e Rio de Janeiro, o povo voltará às ruas. A vida já ensinou cabalmente que este fator será decisivo para a batalha parlamentar do dia 27. Sob o impacto dos grandes comícios é mais difícil ao regime militar manobrar o Congresso a seu bel-prazer. A oposição ganha mais força e mesmo entre os partidários do governo crescem as fraturas e disputas. Os 22 votos que faltaram em 25 de abril podem ainda ser conquistados, não pelo conchavo, mas por mais uma arrancada das massas manifestando publicamente o seu sentimento patriótico e democrático pela eleição imediata do presidente da República.

Mas a batalha pela democracia não se resume à votação no Congresso. Igualmente importante é a disputa já em curso para se conseguir um candidato das oposições com respaldo efetivamente popular. Enquanto certas forças vacilantes só pensam em indicar de cima para baixo um nome aceitável para o regime, as forças populares não podem se omitir. É urgente que os trabalhadores intervenham neste processo, no sentido de exigir uma convenção nacional com todos os partidos de oposição, com as organizações populares e sindicais, e com os partidos que possuem penetração popular mas ainda mantidos na ilegalidade. Só numa reunião deste tipo, com grande representatividade, será possível forçar a vinculação do candidato único com a busca de um novo regime, autenticamente democrático de

acordo com o anseio da imensa maioria dos brasileiros.

A mobilização de massas pelas diretas já, a participação efetiva dos representantes dos trabalhadores numa convenção nacional, a formulação de um programa básico que contemple as aspirações populares formam um conjunto indispensável para que se promova no processo sucessório não um compromisso com o regime, mas uma transição que represente a ruptura com os 20 anos de arbítrio, de entreguismo e de corrupção.

Muitos ainda se amarram excessivamente no nome do candidato único. Não que isto seja inteiramente secundário. Mas o essencial é comprometer o candidato com uma perspectiva de luta e com os interesses populares e democráticos.

A iniciativa na indicação do candidato único está hoje nas mãos do PMDB, por ser o maior partido da oposição legal. Mas isto não implica que o povo não possa jogar peso neste processo. Ao apresentar uma plataforma popular e promover uma ampla consulta e mobilização dos trabalhadores visando a convenção nacional; ao exigir de qualquer candidato a ser referendado nesta ocasião um compromisso público com as bandeiras deste programa, é possível restaurar o conteúdo popular na luta sucessória. E, daqui até o fim do ano, uma vigorosa campanha eleitoral de massas pode ampliar a presença do povo e promover novos avanços na batalha pelo fim do regime militar.

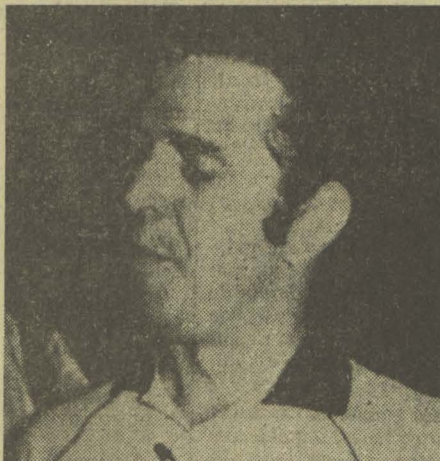
Especial atenção merece a mobilização do movimento sindical. Urge romper com o imobilismo e a estreiteza que entravam a participação dos trabalhadores na luta das diretas já. Nesta semana, com os comícios e com as caravanas a Brasília, os sindicatos podem dar a partida a uma nova etapa, jogando de fato a força operária na luta pela democracia.

Extraditar Firmenich é ceder ao fascismo

Mário Firmenich — dirigente do movimento Montoneros, que participou da resistência democrática contra o regime fascista na Argentina, preso no Brasil desde fevereiro — vai ser extraditado. Foi o que resolveu na última quarta-feira o Supremo Tribunal Federal.

A decisão, repudiada por todos os democratas, segue uma velha linha de raciocínio dos regimes fascistas, que teima em classificar como crime comum a luta do povo pela liberdade e contra as ditaduras.

Os Montoneros foram uma das organizações que pegaram em armas contra o terror fascista. Usaram a justa violência dos oprimidos como forma de se defender do massacre perpetrado pelos generais contra todos os adversários da ditadura. Mais de 30 mil patriotas e democratas foram assassinados e enterrados clandestinamente pelas forças da repressão, ficando conhecidos como “desaparecidos”. Apesar deste bar-



Firmenich: combatente anti-fascista

barismo, ainda se tenta acusar de “violentos” e “criminosos” os que resistiram a isto.

O governo argentino atual, cedendo às pressões das Forças Armadas, concordou em julgar os dois lados — criminosos fascistas e democratas opositores — como se fossem uma coisa só. E agora a Justiça brasileira cede às concepções fascistas tratando Firmenich como criminoso comum, entregando-o à polícia argentina. Impõe-se a todos os amantes da liberdade protestar contra esta medida arbitrária e antidemocrática.

América Latina já não suporta carga da dívida

Evolução do problema este ano aponta para a ruína dos países endividados e novas rebeliões dos povos. Página 5

Denúncia da Tribuna gera impacto na eleição dos metalúrgicos

Metalúrgicos de São Paulo não aceitam votar em quem fura greve e merece a confiança dos patrões. Pág. 7



Foto L. Carlos Leite

João Amazonas: na alça de mira da Polícia Federal

Federal aciona Lei de Segurança contra Amazonas

Ex-deputado constituinte indiciado na Lei fascista de Segurança Nacional, junto com três jornalistas da Tribuna Operária. Pág. 4

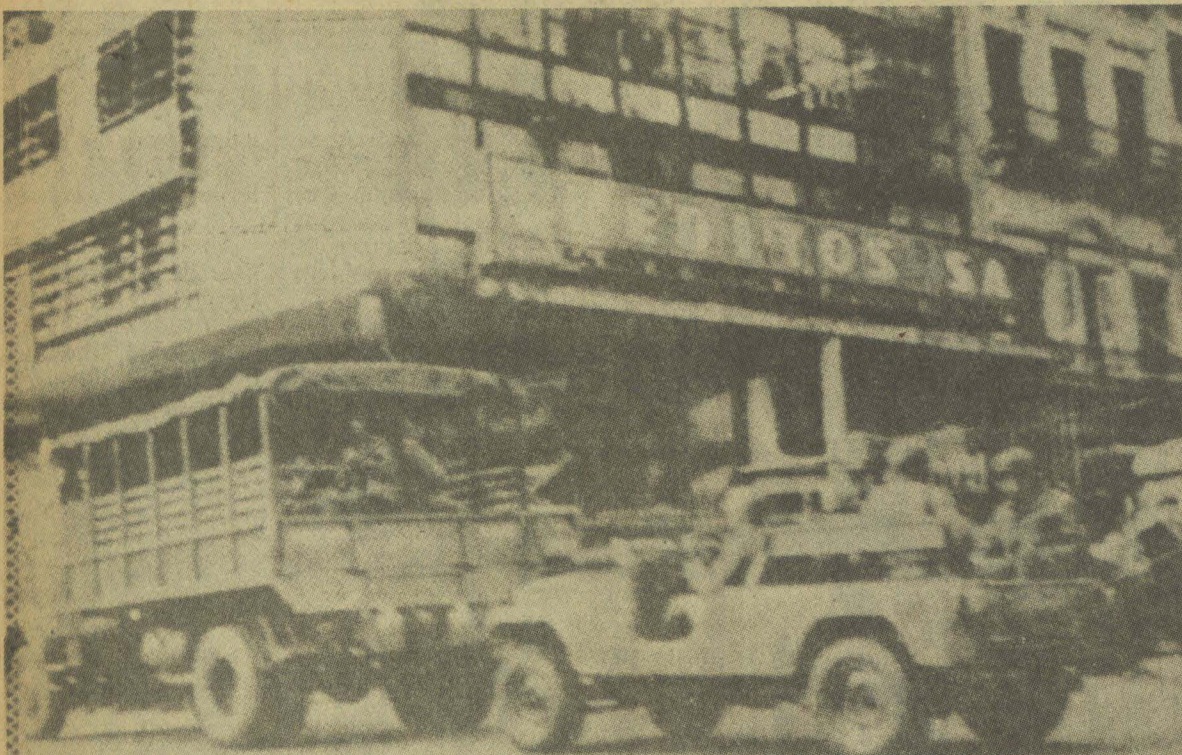
Sindicatos do Brasil se unem pelas diretas

Plenária de unidade do movimento sindical aprova ação comum de luta. Pág. 4

Volta Redonda realiza a sua primeira greve

15 mil operários pararam toda produção. Página 6

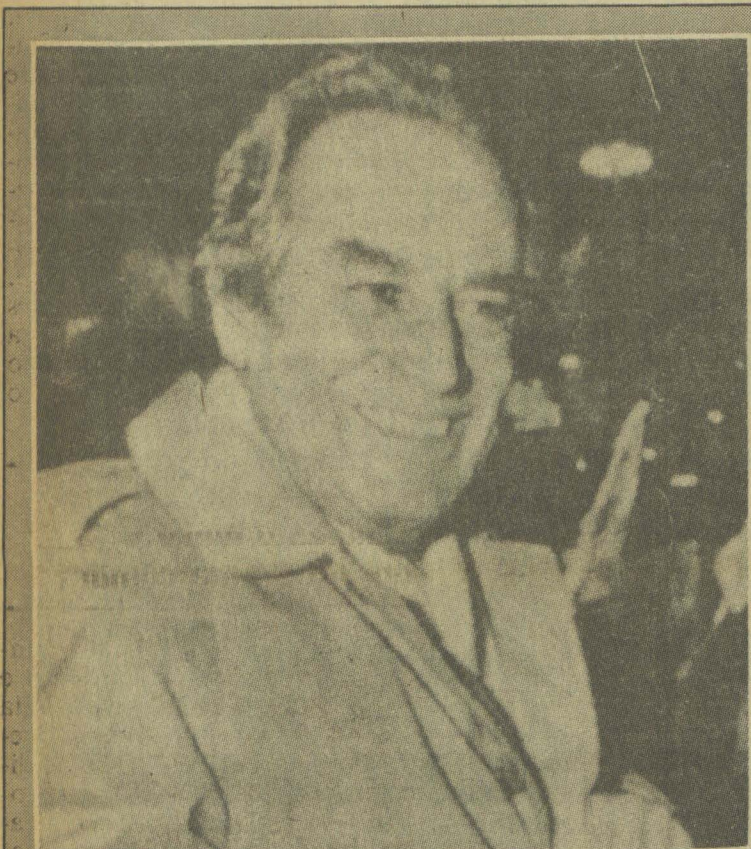




Um aparato de guerra em Montevideu para aprisionar um homem desarmado

Prisão de Aldunate no Uruguai causa protesto

Wilson Ferreira Aldunate, líder oposicionista uruguaio, poderá ser condenado a 30 anos de prisão pelos militares daquele país. Em seu estertor de morte, a ditadura fascista prendeu Aldunate e seu filho quando regressavam ao Uruguai após 11 anos de exílio. Os povos do Uruguai e de vários países se mobilizam para libertá-los.



Aldunate preso na volta do exílio

Vereador fala do terror

A respeito da atual situação política no Uruguai, a **Tribuna Operária** entrevistou o primeiro-secretário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereador Antônio Pereira da Silva Filho, que visitou esse país em maio como integrante de uma comissão multipartidária de parlamentares.

TO — Como você analisa a situação criada pela prisão de Aldunate e seu filho na volta ao Uruguai?

Antônio Pereira — Eu acho que o retorno de Wilson Ferreira Aldunate, dirigente máximo do Partido Blanco, foi uma decisão política do maior alcance. Essa disposição de Aldunate de retornar ao Uruguai para participar do processo de redemocratização aumenta a fragilidade da ditadura desse país, reduzindo ainda mais a sua quase inexistente base de sustentação. Se todos os políticos do porte de Aldunate no exílio seguirem o seu exemplo estará criada uma situação insustentável para o regime.

TO — O avanço da luta democrática e popular no Brasil tem influenciado a situação do Uruguai?

A.P. — O Uruguai tem sido influenciado por dois processos democráticos — o do Brasil e o da Argentina. No contato que tivemos com o general Liber Seregni ele nos mostrava que as grandes manifestações populares pelas diretas-já no Brasil tinham uma correspondência muito grande no Uruguai. Isto porque no mês de maio os militares apresentaram aos partidos políticos uma proposta de eleições, agora para 25 de

novembro, em troca da incorporação à Constituição dos atos institucionais em vigor no Uruguai. A disposição dos partidos foi de não aceitar isto de forma alguma e iniciar um movimento por eleições livres e diretas. Nisto, a campanha gigantesca pelas diretas-já no Brasil serve de exemplo e estímulo.

TO — Qual é a situação dos presos políticos no Uruguai?

A.P. — Nós não tivemos contato direto com os presos. Eu mesmo tentei entregar ao dirigente político Raul Sendico título de cidadão honorário do Rio de Janeiro, que lhe outorgamos aqui na Câmara, mas não me foi permitido. Obtivemos muitas informações através de familiares dos presos que nos deixaram absolutamente estarecidos. Há mais de 130 mulheres presas por motivos políticos no Urubuai. Muitas dessas moças foram presas com 17/18 anos e condenadas a 20/30 anos de prisão. Essas moças são hoje mulheres envelhecidas em função de estarem nos cárceres há 12 anos sem as mínimas condições. Outra coisa que nos deixou extremamente amargurados foi a existência oficial de “refêns” nas prisões uruguaias. São presos políticos condenados a 30 anos de prisão e mais 15 por motivo de segurança nacional. Se a organização política a que pertencem praticar qualquer ato considerado atentatório à “segurança nacional”, esses presos serão imediatamente executados. Esta é a vergonhosa condição de refêns.

O Uruguai vive um clima de enfrentamento político com a prisão do líder oposicionista Wilson Ferreira Aldunate e seu filho Juan Raul. Os dois foram presos numa autêntica ação de guerra no porto de Montevideu. O povo respondeu com várias manifestações e o movimento sindical ameaça inclusive deflagrar uma greve geral exigindo a sua libertação.

Aldunate é o principal dirigente do Partido Nacional (Blanco), no qual milita desde os anos 40. Em 1971 foi o candidato mais votado individualmente nas eleições para presidente do país, perdendo por apenas 20 mil votos para os dois candidatos do Partido Colorado.

EXILADO DESDE 1973

Desde o golpe militar de 1973 Aldunate vive no exílio. Apesar disto, a convenção do Partido Nacional, em dezembro do ano passado, o indicou como candidato presidencial para as eleições prometidas pelos militares para 25 de novembro. Após esta decisão, o regime uruguaio começou a publicar na imprensa cartazes de “procura-se”, com a foto e o nome de Aldunate.

Neste quadro, o retorno de Aldunate e seu filho representou um corajoso enfrentamento com o arbítrio no Uruguai. Mais de cem mil pessoas de todos os quadrantes do país os aguardaram no centro de Montevideu. O porto da cidade foi transformado em autêntica praça de guerra pelos militares. Dezesete tanques, 200 soldados armados de metralhadoras e milhares de policiais ameaçaram os manifestantes.

Quando o navio argentino que trazia o líder do Partido Blanco foi detido, a revolta do povo uruguaio explodiu. Várias passeatas, panelaços e “apagona” marcaram o protesto popular, enquanto os carros buzonavam sem parar em meio a gritos contra o regime.

PRESO NO QUARTEL

Aldunate está preso numa unidade militar da cidade de Trindade, ao norte da capital, e seu filho em outra unidade na cidade de Paso de los Toros. A coragem dos dois, que souberam colocar os interesses da nação e da democracia acima da sua segurança individual, decompôs ainda mais a agonizante ditadura uruguaia. Este desprendimento do tradicional dirigente oposicionista vizinho deve servir de exemplo para muitos setores da “elite política” de oposição no Brasil, que não vêm atuando com a mesma largueza de visão. (Luís Fernandes)

Receba
em casa a
Tribuna
Operária

Talão de assinatura
na página 9

Desemprego: chaga que castiga a Europa Ocidental

No dia 18 último a polícia inglesa investiu mais uma vez sobre os mineiros em greve contra o desemprego no país. Mais de 80 pessoas ficaram feridas, e centenas de grevistas foram presos. Não só na Inglaterra, mas na Alemanha, França, Itália, Espanha, entre outros países europeus, os trabalhadores lutam contra a chaga do desemprego.

Entre 1979 e 1983, o desemprego subiu de 4,2% para 10,3% da força de trabalho na Europa Ocidental. Somente na Inglaterra, França, Itália e Alemanha Ocidental o número de desempregados saltou de 2,8 milhões em 1979 para 5,3 milhões em 1983 - e a previsão é de que o número de trabalhadores sem emprego chegue a 5,8 milhões nesses países até o final de 84.

JUVENTUDE ATINGIDA

A juventude é das mais duramente atingidas pela falta de emprego. Estima-se que existem mais de 4 milhões de trabalhadores com menos de 25 anos de-

sempregados nos quatro países citados acima. Contudo, a produtividade tem aumentado na Europa Ocidental, em um negro contraste com o aumento do desemprego. Entre 1975 e 1983, a produção cresceu 23% na região, dando mostras de como tem aumentado a exploração da classe operária europeia.

Os políticos burgueses, é claro, aproveitam-se dessa situação para realizar promessas demagógicas e afastar, o tanto quanto possível, os trabalhadores de uma solução revolucionária para as mazelas do capitalismo. É assim que na Espanha, por exemplo, durante a campanha eleitoral de 1982, o Partido

Socialista de Felipe Gonzales prometeu criar 800 mil empregos e reindustrializar o país, caso fosse eleito. Passadas as eleições, os espanhóis certamente ficaram desapontados: segundo as cifras oficiais o desemprego, que era de 2 milhões quando o PS assumiu, passou para cerca de 2,6 milhões na atualidade — uma das cifras mais altas da Europa! Houve um aumento de 17,5%, o que é agravado pelo fato de que só 25% dos desempregados recebem algum tipo de subsídio, e cerca de 1 milhão e 800 mil não têm meio algum de subsistência. O resultado é, entre outras moléstias, o aumento da emigração: existem 900 mil espanhóis perambulando pelos outros países da Europa.

LUTA HERÓICA

Em consequência do desemprego, e também do achatamento salarial, está aumentando no continente europeu o número de famílias com mais de um assalariado - numa busca de elevação dos rendimentos familiares e também de precaução contra o completo desespero no caso da perda de emprego. A proporção de mulheres procurando emprego cresce incessantemente, principalmente na Holanda.

A resposta principal dos trabalhadores ao desemprego, contudo, não pode ser outra que não a luta pelo trabalho. É o que acontece com a heróica greve dos mineiros ingleses; com os metalúrgicos e gráficos alemães, que vanguardiam as greves pelas 35 horas de trabalho semanais; os protestos e greves na França, as greves nos setores públicos na Holanda, Bélgica, Dinamarca, etc. (Carlos Pompe)



Na Alemanha a resposta ao desemprego é a luta por jornada de 35 hs

URSS fica com a parte do leão na "Integração Socialista"

Sob a batuta de Moscou reuniram-se recentemente os principais dirigentes dos países membros do Conselho de Assistência Econômica Mútua — Comecon —, os chamados países socialistas. O objetivo da reunião era redefinir as bases da cooperação entre estes países até o final do século. A imprensa revisionista buscou apresentar o evento como uma reunião amigável onde estes países procuraram coordenar seus planos de desenvolvimento. Foi, contudo, um encontro permeado de contradições entre os membros da entidade e marcado pelas imposições soviéticas.

O Comecon foi instituído em 1949, com o nobre objetivo de promover a integração e a coordenação dos recursos e esforços dos países que realizaram suas revoluções democrático-populares, e marchavam para o socialismo, e a União Soviética — então o bastião do socialismo no mundo. Porém, com a degeneração do socialismo ocorrida na URSS a partir de meados da década de 50, também esta organização degenerou-se, e passou a ser um instrumento de domínio social-imperialista soviético.

As economias dos países membros do Comecon desenvolveram-se de forma unilateral e no interesse da metrópole soviética. Na coordenação de investimentos, por exemplo, os soviéticos saem sempre melhor aquinhoados. É comum construírem-se fábricas na URSS com dinheiro e trabalho da Bulgária, Polônia, Romênia, etc. Mesmo no comércio, é patente o hegemonismo soviético. Assim, os preços das mercadorias exportadas pela URSS para os demais países do Comecon crescem sempre mais que os das mercadorias importadas pela URSS provenientes destes países.

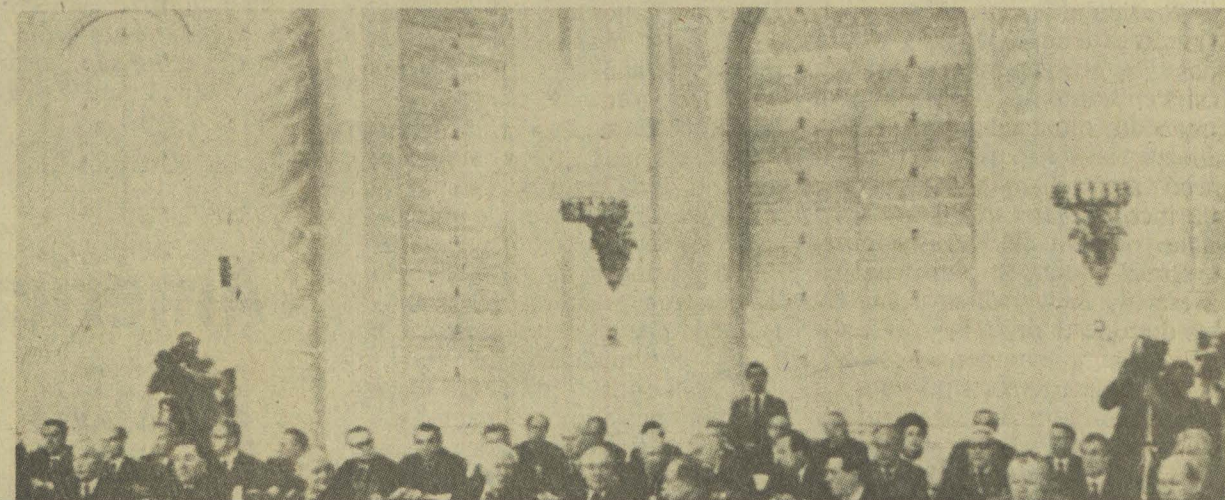
INTEGRAÇÃO SOCIALISTA

Para “justificar” o seu domínio sobre os demais países ditos socialistas, os soviéticos elaboraram uma série de teorias pretensamente proletárias. A afirmação de Lênin de que o mundo, **no socialismo**, caminharia para a criação de uma economia mundial, regulada pelo proletariado de todos os países, é falsificada e deturpada pela teoria soviética da “integração socialista”. Esta, na realidade, nada mais é do que a política

expansionista e hegemônica implementada pelos chefes de Moscou.

Com a transformação da União Soviética em superpotência capitalista e, no plano externo, imperialista, de forma inevitável a crise chegou. Os demais países do Comecon foram e são os mais atingidos. Seus dirigentes vivem choramingando migalhas, mantendo porém a fidelidade à política neocolonialista e guerreira do patrão do Kremlin.

Para os social-imperialistas soviéticos, reuniões como as recentemente realizadas servem como passos na sua escalada armamentista em rivalidade com os imperialistas americanos. Isto porque a crise que atinge todo o mundo capitalista e revisionista leva a que cada superpotência fortaleça o seu domínio econômico, político e militar sobre sua área de influência. Foram notórias, neste último rol de reuniões, as pressões soviéticas para que novos mísseis fossem instalados nos países da Europa Oriental, mostrando que a URSS, tanto quanto os EUA, prepara a guerra com base na exploração dos povos.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Comecon: reunido sob a batuta do social imperialismo do Kremlin



Montoro e Brizola: apoiando a volta dos comícios-monstros

Volta às ruas a luta pelas diretas-já

Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro voltam a realizar manifestações pelas diretas, desta vez no momento em que é votada em Brasília a alteração da emenda Leitão-Figueiredo viabilizando as diretas já. Com o apoio dos governadores oposicionistas, o movimento popular volta às praças públicas exigindo o direito de eleger o presidente do país.

A partir de segunda-feira, o Brasil volta a ser agitado pelos grandes comícios pró-diretas. Centenas de milhares de pessoas retornarão às praças públicas dia 25 em Curitiba, dia 26 em São Paulo e dia 27 no Rio de Janeiro. As manifestações visam forçar o Congresso e aprovar os substitutivos que restabelecem as diretas já, quando da votação da emenda Figueiredo-Leitão em Brasília.

Os governadores oposicionistas deverão comparecer aos três comícios. Para o de São Paulo até o vice-presidente Aureliano Chaves, que tem-se declarado favorável às diretas, está sendo convidado.

No Rio de Janeiro deverá ser realizada um passeata da Candelária à Cinelândia, com um grande comício de encerramento no dia 27. Já no dia 26 haverá um comício em frente às barcas em Niterói. Para o comício de quarta-feira "esperamos qualquer coisa em torno de 200 a 300 mil pessoas", comentou o jornalista Augusto Villas-Boas, integrante do Comitê Pró-Diretas carioca.

Em São Paulo o comício-monstro está sendo convocado para o final da tarde de terça-feira, na Praça da Sé. O metrô funcionará gratuitamente na tarde de 26, o funcionalismo público deverá ser liberado do ponto, e estão sendo organizadas caravanas do interior. Para a convocação do ato foram confeccionadas 200 faixas, 20 mil cartazes e 2 milhões de panfletos. O rádio e a televisão também estão sendo acionados para convocar o comício. Nem tudo são flores, no entanto. Setores mais sectários do PT, nas reuniões do Comitê Pró-Diretas paulista, insistem em tergiversar sobre a participação ou não no Colégio Eleitoral ao invés de avançar na luta pela conquista das diretas.

Com a decisão que o movimento sindical tomou em sua Plenária Nacional Unitária, dia 16, de participar dos comícios mais organizadamente, espera-se uma presença maior de sindicatos e entidades populares nesta retomada da campanha pró-diretas nas ruas.

Haroldo Lima e Aldo Arantes lançam livro

No último dia 20 os deputados federais Haroldo Lima (PMDB-BA) e Aldo Arantes (PMDB-GP) lançaram no Salão Nobre da Câmara dos Deputados seu livro *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. Editado pela Alfa-Ômega, o livro conta nas suas 176 páginas toda a história da AP, da sua fundação através dos movimentos católicos no começo da década de 60 até a sua incorporação definitiva ao partido Comunista do Brasil, em 1972. O livro já está à venda nas livrarias de todo o país.

Escrito fundamentalmente na prisão, quando os autores cumpriam pena incursos na Lei de Segurança Nacional, seus originais foram concluídos no Natal de 1978. Saíram do presídio político de São Paulo camuflados em um vaso de flores dado de presente a um amigo. Depois de ser revista e retocada, a obra finalmente é editada. Na opinião de Aldo

Arantes, "o livro é sobretudo um relato da história política do país nos últimos anos". Haroldo Lima destaca a importância do trabalho para o atual momento: "Ao analisar a história da AP, o livro toca em questões de extrema atualidade para todos aqueles que lutam pela conquista da democracia e da liberdade em nosso país". O livro também publica em anexo um documento inédito: a resolução do Comitê Central do PC do Brasil sistematizando a experiência da AP quando da sua incorporação. Esse documento foi apreendido no episódio conhecido como Chacina da Lapa, quando uma reunião do CC do PC do Brasil foi atacada pela repressão, em 1976. Na ocasião foram presas diversas pessoas, inclusive os autores do livro, e assassinados os dirigentes comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond. (da sucursal).

Discurso pronunciado na Câmara Federal, quarta-feira dia 20.

No próximo dia 27 o Congresso Nacional terá uma nova oportunidade para reconciliar-se com o povo brasileiro. Nesta data, ao votar a proposta de emenda constitucional apresentada pelo governo e que joga as eleições diretas para o distante 1988, o Congresso terá sobre si os olhos e as atenções de toda a nação. Desde o histórico comício de Curitiba, em janeiro passado, até o não menos histórico comício de Brasília, no início de junho, milhares de brasileiros saíram às ruas para gritar por diretas já. Estas duas palavras, simples e singelas, revelam uma aspiração da quase totalidade do povo brasileiro. Cansado de suportar o ônus de uma crise econômica da qual não é responsável, de ser esmagado por uma política arbitrária, de ser impedido de se manifestar e se organizar livremente, enfim, de sofrer as agruras praticadas durante os últimos 20 anos pelos sucessivos governos militares, o povo deste país está decidido a dar um basta definitivo a esta situação de fome, de miséria e de opressão.

O grito de diretas já é sinônimo de profundas transformações sociais, da necessidade imperiosa de mudança. Ao grito das diretas já, o povo deste país está dizendo que quer pôr um fim definitivo ao regime militar que inferniza a nação. Alheio a este clamor popular e insensível às reivindicações de mudanças sociais emitidas pelas ruas, nos campos e praças de todo o país, o governo agonizante do general Figueiredo, mostrando mais uma vez o seu caráter antidemocrático e antipopular, optou por impedir que as eleições diretas-já fossem aprovadas, quando da votação da emenda Dante de Oliveira; usou todo o seu arsenal de pressões, chantagens, ameaças para fazer com que parcelas significativas do PDS preferissem se colocar contra o povo, negando o quórum necessário para a aprovação da emenda. Mesmo assim, não foi possível conter as fraturas e as dissidências no seio do partido governista. Os valorosos e dedicados companheiros do Pró-Diretas do PDS, suplantando todas as ameaças, estiveram em plenário dizendo sim às diretas-já.

PDS agoniza junto com o governo que pretendia defender

Depois dessa etapa, contando com a perplexidade que tomou conta da nação e das oposições, o governo de Figueiredo enviou sua emenda a esta Casa, numa nítida e clara manobra protelatória, propondo a volta das eleições diretas para 1988, mantendo o ilegítimo e espúrio Colégio Eleitoral e incluindo algumas tímidas alterações no texto constitucional, que não atendem em quase nada às reivindicações nacionais e populares. Agora, quando se aproxima a data da votação de sua emenda, se evidencia novamente uma perspectiva de que as oposições, aliadas a cada vez maiores e mais frequentes dissidências pedessistas, consigam aprovar as diretas-já.

Ao mesmo tempo, no seio das hostes governistas aprofundam-se a divisão, a discórdia e a rebelião. O PDS se transformou numa verdadeira Torre de Babel, onde cada um fala uma língua diferente. Longe de ser o partido do governo, unido e coeso em torno de determinados objetivos, o PDS está fracionado em diferentes grupos, cada um deles defendendo interesses distintos e até mesmo antagonísticos. De um lado, os malufistas, estimulados e alimentados pelo açodamento de seu chefe, atuam como verdadeiros kamikazes, atirando contra tudo e contra todos que ameacem a insane escalada de Paulo Maluf à Presidência da República, repudiada pela quase totalidade da nação e do próprio governo. De outro, os seguidores dos demais presidenciais, armando armadilhas e ciladas para deter Maluf. E de outro ainda, há aqueles que defendem claramente as diretas-já e juntam seus esforços ao povo e à oposição

Oposição e povo unidos para pôr fim ao regime militar



Campanha pelas diretas-já: foi um erro retirar o povo das ruas

para aprová-las. Os recentes episódios que envolveram a proposta de prévia e a renúncia do senador José Sarney da presidência do partido revelaram com nitidez que o PDS também está agonizando junto com o governo e o regime que pretendia defender e representar.

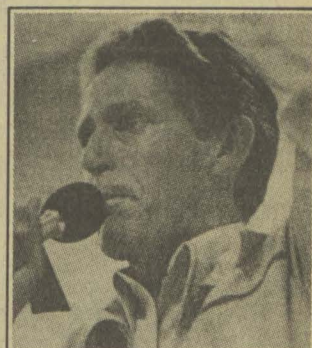
Momento exige ação política capaz de mobilizar o povo

No quadro extremamente complexo da sucessão presidencial, cabe às oposições e aos setores verdadeiramente comprometidos com a vontade da nação redobrar a vigilância e traçar uma tática política adequada ao momento e que leve à conquista de seus objetivos básicos. As oposições e o povo querem dar um fim definitivo ao regime militar. Entendem que o caminho menos traumático, menos doloroso e mais simples para isso são as eleições diretas já. Mas devem estar preparados e dispostos para travar todas as batalhas que se façam necessárias para derrotar o governo, pôr fim ao regime militar e conquistar a verdadeira democracia. Se as diretas-já não forem obtidas, a luta não vai terminar. O que a nação deseja é, acima de tudo, promover mudanças profundas na estrutura política e econômica do país. Se isso não for possível através das eleições diretas, o será por qualquer outra forma.

O momento não permite líricas e românticas declarações de princípio inconsequentes e precipitadas. O momento exige, isto sim, uma ação política concreta e objetiva, capaz de mobilizar as amplas massas do país, acumular

forças e derrotar o regime. Nesse sentido, tem fundamental importância a reunião dos governadores oposicionistas realizada em São Paulo. Ao apoiarem a tese do candidato único das oposições para executar um programa de transição democrática definido pelo conjunto das forças populares e democráticas, reafirmar a defesa das diretas-já e alinhar alguns pontos que devem constar desse programa mínimo comum de governo, os governadores de oposição alinham-se mais uma vez ao lado de toda a nação.

No entanto, isso ainda não é suficiente para se conquistar a vitória. A importância do candidato único é reconhecida por todos. Este é, sem dúvida, o melhor caminho para se chegar ao poder. Só através de uma sólida unidade das forças oposicionistas é que teremos condições de acumular as forças necessárias para derrotar o regime. Ao lado desse candidato único das oposições para pôr fim ao regime militar deve se articular uma ampla mobilização popular. As oposições já perceberam o erro cometido quando, após a votação da emenda Dante de Oliveira, optaram por retirar o povo das ruas achando que isso facilitaria as negociações parlamentares. Ao contrário, a nação se imobilizou e ninguém negociou nada. De um lado, porque o governo realmente não está disposto a negociar nada. De outro, porque não há nada que ser negociado. O impasse político que vivemos é claro. O governo e o regime querem manter-se no poder, não entregar o poder ao povo. A oposição, o povo e a nação, de seu lado, querem conquistar o poder, derrotar o regime militar e construir a democracia. Portanto, duas coisas distintas e inconciliáveis. O cami-



OPINIÃO PARLAMENTAR

Aurélio Peres

Operário metalúrgico, deputado federal - PMDB-SP

no da mobilização popular é fundamental para se conquistar a vitória.

O candidato único das oposições não pode ser ungido em conversas fechadas e em conchavos de gabinetes. Ele deve ser um candidato escolhido através de um amplo processo de unidade das forças oposicionistas e de mobilização popular, e deve sair às ruas em campanha. A campanha do candidato único das oposições pelo fim do regime e pela conquista da democracia precisa ter o povo ao seu lado. Esse candidato deve percorrer o país de norte a sul, levando as propostas de mudanças políticas, econômicas e sociais para toda a nação. Com a campanha nas ruas estarão criadas as condições para se conquistar a vitória e se mobilizar o povo em defesa desse candidato e desse programa. A mobilização popular deve ser imediatamente retomada, antes mesmo da votação da emenda do governo, e deve ser permanente. Neste sentido, são importantes para o desfecho favorável desta luta os comícios marcados para o dia 25 em Curitiba, 26 em São Paulo e 27 no Rio de Janeiro.

Em busca de um candidato único e um programa comum

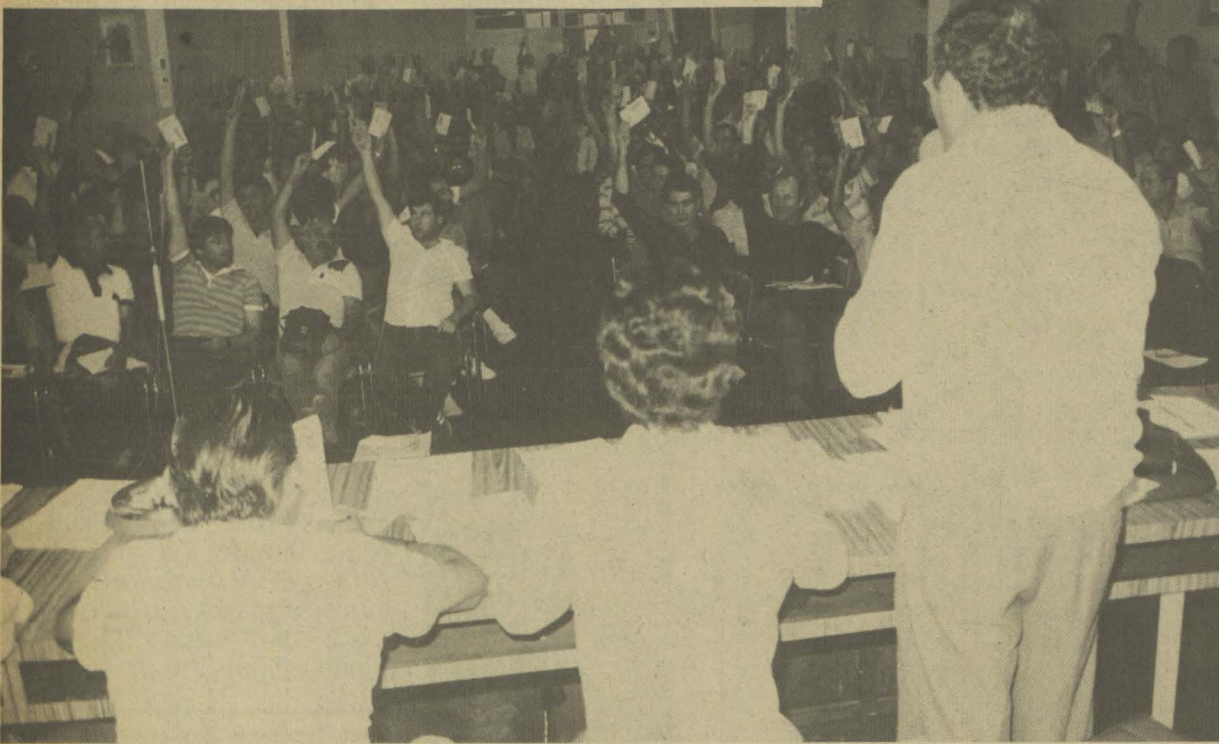
O lançamento deste candidato deve ser um vigoroso e combativo ato político onde toda a sociedade brasileira esteja presente e representada. Esse candidato deve ser o candidato de todas as forças democráticas da nação, dos partidos da oposição, inclusive os colocados na ilegalidade, da ABI, da CUT, da Conclat, da UNE, da UBES, das associações de moradores, dos sindicatos, enfim, de todos aqueles que desejam dar um basta definitivo ao regime militar e construir um novo regime, de natureza popular e democrática, capaz de tomar as medidas necessárias para tirar o país da crise em que foi mergulhado. O candidato de um programa definido com a participação de todos estes segmentos terá o respaldo de toda a nação.

O programa comum de governo no saído das discussões e dos debates entre todos esses setores sociais deve conter os pontos fundamentais para se efetuar a transição democrática exigida pela nação, salvar a economia nacional e executar um plano de emergência que dê emprego e salário justo para todos e seja capaz de tirar o país da crise. Questões como o rompimento dos acordos com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa, o fim da intervenção nos sindicatos, a legalização de todos os partidos políticos, o fim da política de arrocho salarial, a retomada do desenvolvimento econômico e agrícola e a adoção de uma ampla reforma tributária devem estar necessariamente contempladas neste programa comum. Além disso, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a ampliação, garantia e preservação das liberdades democráticas são questões essenciais para um governo comprometido com a liberdade e democracia.

A nação exige diretas-já para presidente da República. O povo brasileiro, mobilizado nas ruas de todo o país, já condenou o Colégio Eleitoral, instrumento espúrio e ilegítimo destinado a garantir a manutenção dos atuais detentores do poder. Unidas e coesas em torno de seu candidato único e de um programa comum, as oposições e o povo lutarão de todas as formas para derrotar o regime e construir a democracia.

Sindicatos reúnem-se para debater momento político

Mais de 250 entidades sindicais participaram, dia 16, da Plenária Nacional Intersindical, convocada pela Conclat e CUT, em São Paulo. Ao final do encontro — o primeiro unificado desde o surgimento das articulações CUT e Conclat —, foi aprovado um “Programa Mínimo dos Trabalhadores” e um “Plano de Lutas” que prevê uma nova plenária, em Brasília.



Dirigida por integrantes da Conclat e da CUT, a Plenária Nacional reuniu mais de 250 sindicatos

Movimento sindical dá passos para reunificação

“Finalmente, estamos conscientes de que só a ação decidida dos trabalhadores da cidade e do campo, em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade brasileira, será capaz de assegurar uma saída para a crise, que não seja apenas um consenso das elites, mas que reflita os justos anseios do conjunto de nosso povo, e garanta a consolidação da democracia e a preservação da soberania em nosso país.”
Carta de Praia Grande, novembro de 1983

Com a realização da Plenária Nacional Unitária, o movimento sindical marcou um ponto positivo na sua caminhada para uma maior participação e influência nas lutas travadas pelo povo contra o regime militar e por liberdades, e abriu caminhos, ainda que frágeis e incipientes, para sua reunificação.

Reunião concorrida e representativa, seu ponto alto foi ter-se debruçado com certo aprofundamento no debate do momento político que o país atravessa, particularmente na crise sucessória. Isto demonstra um fato novo e auspicioso de nosso sindicalismo: reunir-se para debater essencialmente política, e procurar influir nos seus rumos.

Programa não espelha a riqueza do debate travado na Plenária Intersindical

Lamentavelmente os pontos mínimos programáticos aprovados não espelham a riqueza do debate travado e a maturidade de propostas apresentadas e muito bem aceitas pela Plenária. Não que os pontos aprovados não sejam justos e corretos. É que abrangeram um conjunto de reivindicações específicas e detalhadas que já se podem considerar históricas, pois fazem parte das resoluções dos Conclats de 81 e 83, repetem reivindicações e diluem o centro do debate político travado na reunião.

Outra limitação importante foi a reunião não ter concluído a discussão sobre a indicação de um candidato único das oposições, e a apreciação desses candidatos e de seu programa mínimo em uma Assembleia Nacional e Popular. Isto

Delegações de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Maranhão, Santa Catarina e outros Estados estiveram presentes na reunião, que discutiu a participação unitária do movimento sindical na luta pelas diretas para presidente da República.

Embora vários sindicalistas tenham-se posicionado a favor de um candidato único das oposições e pela convocação de uma plenária nacional de entidades populares e democráticas a fim de tirar um programa mínimo e aprovar o nome do candidato opositorista, o assunto acabou sendo barrado — principalmente pelos sindicalistas da CUT. Mesmo antes do início dos trabalhos, Olívio Dutra, da CUT e do PT gaúcho, afirmava que a reunião tinha “como pauta as diretas-já e a greve geral. Outras propostas são interes-

santes, mas não constam da pauta básica”.

Quando a mesa que dirigiu os trabalhos — presidida por José Francisco, da Contag, e integrada entre outros por Jair Menegheli (CUT) e Joaquim Andrade (Conclat) — apresentou seu projeto de Programa Mínimo e Plano de Lutas, já não eram contempladas as propostas de candidatura única da oposição e da reunião nacional de entidades populares e democráticas. “Este plenário pode discutir o que não é de consenso”, disse José Francisco, “mas o Plano de Lutas representa o consenso da mesa, e é ele que deve ser aprovado.”

Menegheli, por seu lado, chegou a ameaçar sair da reunião, “com os delegados da CUT”, porque foi decidido que o Programa Mínimo seria entregue aos governadores de oposição no encontro que estes teriam dia 19, em São Paulo. Só desistiu do intento quando foi esclarecido que o Programa seria entregue a todos os governadores, a todos os partidos, e à sociedade civil. Mesmo assim, não aceitou a votação de um posicionamento a favor de um candidato único das oposições, “porque não discuti isso com minhas bases”. Alguns sindicalistas da CUT, contudo, dando vazão ao seu sectarismo, propuseram que fosse aprovada a escolha de um “candidato único dos trabalhadores, e não da oposição”...

Após aprovados o Programa Mínimo e o Plano de Lutas (veja box), foi votada ainda uma recomendação de que o movimento sindical discuta a questão do candidato único das oposições. Estranhamente isso não constou do Plano de Lutas, e ficou firmado que a plenária de 21 de julho será “para avaliação e definição da deflagração da greve geral”, sem constarem outros pontos de interesse dos trabalhadores, no momento.

Para José Francisco, da Contag, a importância da reunião residuiu em que “mais de 250 entidades, com o calor das divergências, mas com muita flexibilidade e sensibilidade, aprovaram um programa e um plano de lutas a curto prazo para reconduzir a mobilização popular pelas diretas. Sempre acreditei que as entidades sindicais, mais hoje, mais amanhã, vão se ubmeter à aspiração dos trabalhadores de fortalecer sua organização e sua luta de forma unitária. A história sindical do Brasil diz isso”.

Joaquim dos Santos Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, afirmou que “vivemos uma época de velocidade, e não podemos ficar vendo a banda passar. Pode sair um candidato único das oposições, com apoio dos partidos políticos. E qual o seu compromisso? Nenhum. Portanto temos agora um programa mínimo para apresentar a todos”.

Silvio Costa, presidente do Sindicato dos Professores de Goiás, achou que a reunião “deu um passo para reunificar o movimento sindical. Não se externaram rachas, apenas divergências”.

Plano de lutas unitário

A Plenária Unitária do Movimento Sindical aprovou, por unanimidade, um Programa Mínimo dos Trabalhadores, reivindicando questões como salário-mínimo real unificado, salário desemprego, liberdades sindicais, direito de greve, reforma agrária, mudança na política habitacional, diretas-já, Constituinte etc. Aprovou também o seguinte Plano de Lutas:

25 de junho: participar da realização dos comícios por eleições diretas-já, marcados.

27 de junho: manifestações em todos os Estados realizadas pelo movimento sindical; passeatas com a presença de todos os sindicalistas e da população; caravanas a Brasília etc.

27 de junho a 14 de julho: discussão de várias formas de luta, inclusive greve geral.

21 de julho: Plenária Nacional Unificada para avaliação e definição da deflagração da greve geral.

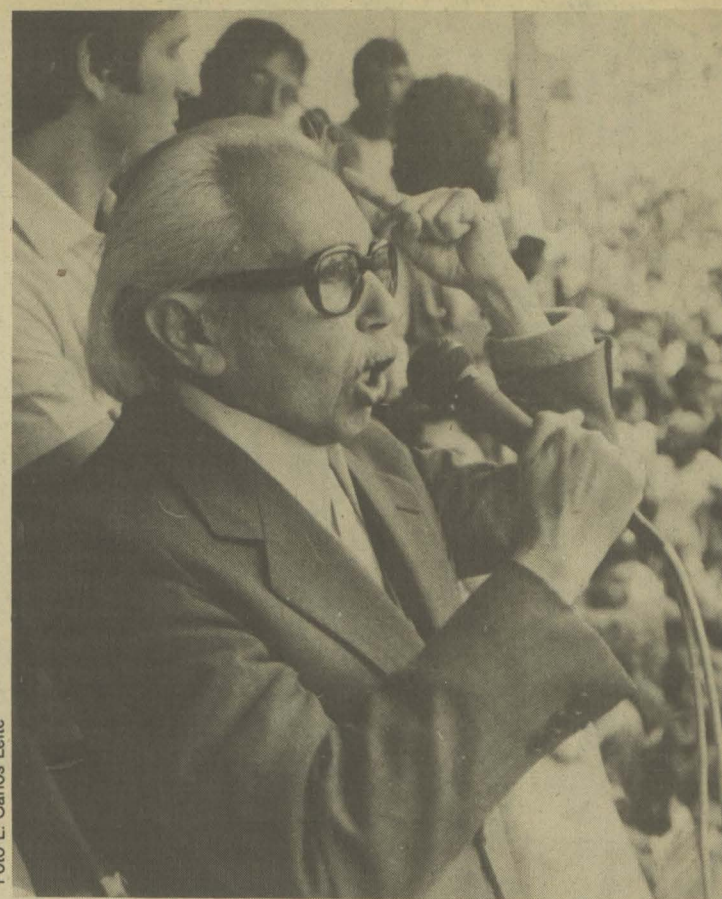


Foto L. Carlos Leite

Amazonas: vítima da “arapuça” policial da delegada da PF

João Amazonas indiciado na Lei de Segurança

Num episódio em que o discricionarismo toca as raízes do absurdo, a Polícia Federal vem de indiciar o ex-deputado constituinte João Amazonas, editor da revista Princípios, num inquérito com base na Lei fascista de Segurança Nacional. Foram indiciados também os jornalistas da Tribuna Operária Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa e Bernardo Joffily.

O inquérito foi aberto pela Polícia Federal após a invasão de uma gráfica no centro do Rio de Janeiro por agentes da PF, em 25 de abril último. Desde então, aquele órgão dedica-se à laboriosa ginástica inquisitorial para produzir um inquérito baseado no artigo 25 da LSN — que pune as pessoas consideradas culpadas de “fazer funcionar, ainda que com falso nome”, os partidos que o arbítrio privou de vida legal. No caso a acusação é de “fazer funcionar” o Partido Comunista do Brasil.

A ginástica tem sido grande, já que o inquérito parte de uma invasão, perpetrada na calada da noite pela PF, sem testemunhas; e invasão de uma oficina gráfica que não tem a mais remota ligação, direta ou indireta, com qualquer um dos indiciados. As únicas “provas do crime” brandidas pela Polícia Federal são artigos publicados em Princípios e na Tribuna Operária, estritamente dentro da legalidade vigente.

Com a inglória tarefa de fazer com isso um inquérito contra o PC do Brasil, a PF carioca deslocou para São Paulo a delegada Inês Nunes Fraga, que aparenta sentir saudades dos tempos do Ato-5 e do pau-de-arara. João Amazonas, intimado para prestar depoimento se-

gunda-feira, dia 18, somente quando terminou a inquirição de mais de duas horas, foi informado pela delegada de que estava sendo indiciado num inquérito com base na LSN. “Montaram uma arapuça”, comentava indignado o dr. Luís Eduardo Greenhalgh, que acompanhou Amazonas. No dia seguinte, os demais indiciados permaneceram quase oito horas nas dependências da PF. E o dr. Greenhalgh teve de ser assistido por um conselheiro da Ordem dos Advogados para ver respeitadas suas prerrogativas, já que a zelosa delegada chegou a ameaçar colocá-lo para fora da sala.

DEFESA POLÍTICA

Os jornalistas indiciados registraram seu protesto contra a natureza do inquérito e a conduta da policial, que se indispôs até com seus colegas da PF paulista. Em seu depoimento, Rogério Lustosa lembrou os atentados terroristas contra a Tribuna — a bomba de 27 de agosto de 1980 na sucursal do Rio de Janeiro e o incêndio criminoso seguido de saque em 22 de abril último. Até hoje não foram esclarecidos, nem sequer investigados pela polícia. Ao contrário, o que este inquérito faz objetivamente é complementar por outros meios a mesma perseguição ao jornal.

Comunista de 1922 no lançamento de A Classe Operária

O relançamento público do jornal A Classe Operária (órgão central do PC do Brasil), dia 16 em Campina Grande, Paraíba, teve como um ponto alto a participação do senhor Ribeiro, antigo militante do PC do B, que atuou nos preparativos para a fundação do Partido em 1922. O evento marcou o reencontro de Ribeiro com seu partido. Tomando a palavra, ele destacou que o verdadeiro partido da classe operária é o PC do B e não o fundado por Prestes, que trouxe grandes prejuízos ao proletariado por representar interesses pequeno-burgueses e contra-revolucionários.

PMDB, PT, DCE-URNE, ADUF-CG e outras entidades presentes também fizeram uso da palavra no ato público. José Rodrigues da Costa, membro da Comissão pela Legalidade desse partido na Paraíba, relatou a trajetória de luta do

órgão oficial dos comunistas brasileiros. Lembrou que em seus 59 anos de existência A Classe sempre atraiu o ódio das forças reacionárias e fascistas, as quais perseguiram ferozmente o jornal por ser ele um instrumento valioso de propaganda e divulgação das idéias e experiências de luta do proletariado revolucionário.

“O relançamento público de A Classe Operária — disse Rodrigues — só está sendo possível devido ao avanço da luta unitária do povo brasileiro pelo fim do regime militar e pela conquista das mais amplas liberdades, onde pontifica a luta pelas diretas-já.”

O lançamento do órgão central do PC do B numa cidade como Campina Grande, 300 mil habitantes, no interior paraibano, é um eloquente sinal dos tempos e dos novos tempos de ebulição e mudança que vive o país.

PONTO DE VISTA SINDICAL

R. Freitas



decorreu da incompreensão, por parte de algumas lideranças sindicais, da exata importância do momento político que vivemos e do papel que nele pode jogar um movimento sindical politizado e com propostas claras. E também por estreiteza e sectarismo de outros setores que, jogando no impasse político e usando o já desgastado e demagógico argumento de não ter “consultado as bases”, propunham que não se discutissem e não se aprovassem propostas políticas mais condizentes com a situação presente.

Movimento sindical deve propor saídas e soluções para o impasse político

Ao decidir formar uma comissão para entregar reivindicações, e não para postular participação na escolha do candidato e na elaboração do programa mínimo, perde o movimento sindical uma oportunidade de ouro para contribuir com a luta pela redemocratização do país de um ponto de vista avançado. Propondo soluções e saídas para o impasse político, e não mera-

mente servindo de área de apoio dos setores liberais da oposição, como até agora tem ocorrido, e que poderá continuar ocorrendo se não se superar rapidamente essas debilidades.

A realização do encontro foi também um significativo momento da luta pela reunificação do movimento sindical, uma vez que desde a Plenária de agosto de 1983, em Brasília, foi o primeiro a realizar-se, sendo que a ele compareceram entidades sindicais, independentemente de articularem-se com a Conclat ou com a CUT. O móvel que as uniu foi a necessidade de trocarmos experiências, traçarmos rumos comuns e, principalmente, potenciarmos suas forças. Neste sentido, foi um importante êxito.

Chantagem para evitar o consagrado direito de voto nas questões polêmicas

Em alguns momentos, setores vinculados à CUT ameaçaram abandonar os trabalhos, por discordarem dos assuntos que estavam sendo apreciados e que iriam para deliberação. Chantagearam claramente, para evitar que se usasse durante a reunião o consagrado e usual direito de voto como meio para decidir questões políticas, com a subordinação da minoria à maioria — como é praxe nos fóruns políticos e sindicais. Esse comportamento político primário, porém, não empanou o significado maior de ter-se saído das oposições e, da reunião com um programa mínimo a ser encaminhado a um candidato único principalmente, de ter-se acordado por unanimidade em realizar outra plenária nacional, em Brasília, para a luz do quadro político criado a partir da votação da emenda Leitoa dias 27 e 28 próximos, posicionar-se de forma clara e definitiva frente aos problemas que a luta sucessória coloca na ordem do dia.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Duas visões do sindicalismo

A eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo coloca em confronto duas concepções sobre o movimento sindical. A Chapa 2 fala em “sindicato combativo”. Mas sua visão estreita leva a uma atuação que afasta as massas da entidade e transforma o Sindicato em biombo para a ação de grupos. A Chapa 1 procura unir as mais amplas forças atuantes no sindicalismo, para construir um instrumento poderoso, baseado na unidade dos trabalhadores, capaz de enfrentar os patrões e o governo.

FALSA RENOVAÇÃO

Em função do atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, os trabalhadores tiveram suas entidades classistas deformadas e viciadas, e um anseio geral renovar o sindicalismo, livrá-lo da submissão ao Ministério, varrer os pelegos e outros elementos patronais de suas diretorias, transformar de fato os sindicatos em organismos de luta contra os patrões e contra a exploração capitalista.

Mas a pretexto de “renovar”, os trotsquistas e certos setores pequeno-burgueses ligados à Igreja tratam de criar grupos estreitos, em geral acobertados com o nome de “oposição” que, ao invés de atuar dentro dos sindicatos, procuram esvaziá-los. Gritam palavras de ordem pretensamente radicais, porém desprezam as conquistas concretas do dia-a-dia. Ao mesmo tempo, dificultam a luta do movimento sindical em favor das liberdades democráticas e contra o regime militar. Se chegam a empalmar a diretoria do sindicato, imediatamente a transformam em “aparelho” a serviço de seu partido e não em instrumento do conjunto da categoria.

AÇÃO DE MASSAS

A renovação sindical não será realizada desta forma. Nem por decretos de cúpula. Depende da ação das massas e da unidade dos trabalhadores. Será conquistada no bojo das lutas, na medida em que cresce a consciência dos trabalhadores, por sua própria experiência prática, e se consolida no seu interior uma corrente sindical classista.

Nem sempre é possível uma mudança drástica de imediato. Muitas vezes, inclusive, é necessário fazer alianças e composições, mesmo com setores muito atrasados mas que ainda contam com a simpatia de camadas das massas.

O essencial é identificar o sentido do processo. Em determinado momento, tais composições ao mesmo tempo em que incorporam amplas massas na luta sindical, facilitam o crescimento da corrente sindical classista enquanto paralisam os elementos mais atrasados ou perniciosos. Nesta questão, o doutrinário só pode conduzir a soluções infantis que distanciam a vanguarda das massas.

ELEVAR A CONSCIÊNCIA

Em 1981, quando as portas do Sindicato estavam fechadas para os trabalhadores, a **União Metalúrgica** concentrou chumbo grosso contra a atividade pelega da diretoria de então. Agora, em grande parte como fruto deste combate, o Sindicato sofreu mudanças significativas. Tornou-se possível uma chapa de composição, a qual só os cegos não vêem que favorece à ampliação do espaço para as correntes mais consequentes no meio operário.

Só não se lançam entusiasticamente neste importante combate, abraçando com vigor a campanha da Chapa 1, os trabalhadores que ainda são marcados por uma influência religiosa “purista”. Perdem-se, então, em elocubrações moralistas, em vez de guiarem-se pela noção de classe. Temem unir-se aos seus companheiros atrasados, que ainda são influenciados pelos pelegos, e com isto se recusam a ajudá-los a se livrar do atraso e a adquirir uma consciência proletária de vanguarda.

(Rogério Lustosa)

Dívida externa-1984: o drama dos povos latino-americanos

A quantas anda o problema da dívida externa, brasileira e mundial? Há um ano, ele era manchete obrigatória nos jornais; deixou as primeiras páginas depois que estalou a campanha pelas diretas e a crise sucessória tornou-se aguda; mas ninguém pense que houve alguma melhoria.

Só a dívida externa da América Latina, ao fim deste semestre, passa dos 350 bilhões de dólares, sendo 100 bilhões do Brasil. Após mais de três anos de recessão para pagar os juros da dívida, o Continente passou a ter 27 milhões de desempregados — número equivalente à população da Argentina —, e em 1984 a situação chega perto do insuportável. Quatro aspectos merecem destaque na evolução recente do problema:

A maior taxa de juros da história

No primeiro semestre deste ano, a taxa internacional de juros subiu 2%, chegando a 13% ao ano. Estes números nem de longe dão idéia do impacto da alta. Só para o Brasil, em 1984, ela causa um prejuízo que daria para construir 4,8 milhões de casas populares, abrigando uma população igual às da Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro juntas.

Descontada a desvalorização do dólar, esta é a taxa de juros mais alta da história, junto com a de 1982. Isso levou o pânico à América Latina, que paga a maior parte da sua dívida pelo sistema de *juros flutuantes* — quando sobe a taxa de juros, sobe também o total a pagar. Ninguém sabe quanto tem de desembolsar. Quem determina é a taxa de juros.

E quem determina os juros? No sistema capitalista é a lei de oferta e procura de crédito. Se há muita gente querendo emprestar dinheiro, os juros baixam. Se há muitos pedindo emprestado, eles sobem. Acontece que hoje há uma forte distorção tanto na oferta como na procura de crédito.

A distorção na oferta está ligada à concentração do capital financeiro. Menos de cem bancos gigantes mandam no mercado mundial. Os juros são altos porque são juros de monopólio. Esta é a primeira distorção, típica da fase do imperialismo. Mas, na conjuntura atual, há uma outra distorção, na procura, que também empurra os juros para cima: o déficit público dos EUA, que só este ano chega a 200 bilhões de dólares — o dobro da dívida externa brasileira.

O governo americano simplesmente gasta mais do que recebe. Sai caro sustentar o gigantesco império ianque, invadir Granada, agredir a Nicarágua e El Salvador, preparar a guerra em todo o planeta e até no espaço. Estes gastos elevaram a dívida interna do governo americano para a cifra astronômica de 1,5 trilhão de dólares — bem mais que a dívida externa de todos os países dependentes do mundo.

A Casa Branca cobre o rombo do déficit pedindo dinheiro emprestado. Com isso, aumenta enormemente a procura de crédito e faz as taxas de juros explodirem — apertando a corda no pescoço dos países devedores.

Povos não aceitam pagar essa conta

Nos dias 23, 24 e 25 de abril, a República Dominicana viveu uma rebelião popular: passeatas, greves, tomadas de mercados, barricadas, batalhas campais contra a polícia, e depois contra tropas e tanques do Exército. Foram 52 mortos, 157 feridos, 4.358 prisões e centenas de automóveis destruídos. A luta foi contra a política do FMI, que mandara triplicar os preços do pão, leite, trigo e óleo de cozinha. O levante do povo obrigou o governo a romper as negociações com o FMI, em fins de maio.

Coisa parecida aconteceu em Honduras: após protestos nos quais dezenas de populares perderam a vida, veio o rompimento com o Fundo.

O povo boliviano também deu uma vigorosa demonstração da sua força. Logo que o governo tentou implantar o plano imposto pelo FMI, em 12 de abril, começou uma onda de protestos e greves gerais que durou 47 dias e só parou quando o presidente, Siles Suazo, negociou com a COB (Central Operária Boliviana) e anunciou a suspensão do pagamento da dívida.

Surge o fenômeno da "politização"

Estes são os pontos altos de algo que se vê atualmente em toda a América Latina: povo na rua, lutando contra o imperialismo, enfrentando as medidas esmoeadoras do FMI. O fervilhar dos movimentos patrióticos passou a ser um dos elementos mais dinâmicos do problema da dívida.

Sob pressão de seus povos, e sem dinheiro para pagar os juros, vários chefes de governo da América Latina começaram este ano a esboçar certa reação aos credores. Sabe-se que o patriotismo da quase totalidade dos governantes latino-americanos não merece confiança. De qualquer forma, passaram a encarar a dívida como uma questão política. E criaram um embrião, embora tímido, de frente regional de devedores.

É a chamada politização da dívida externa. Para os banqueiros a dívida é uma questão técnica, que os ministros econômicos dos devedores devem tratar com os bancos privados e com os funcionários subalternos do FMI. Outro princípio deles é lidar sempre com países isolados. É como diz o sr. Winton, do Citibank: “Cada caso é um caso”.

Ocorre que essa “questão técnica” está arrebatando a soberania das nações. E se os devedores têm de se apresentar isolados, os banqueiros só agem fortemente unidos. Assim, a recém-nascida articulação de Argentina, México, Brasil e Colômbia, pedindo juros menores e prazos maiores, não deixa de ser uma transgressão das regras dos banqueiros. Mesmo bem comportada e de curto alcance, é um fato novo.

Imperialistas não querem conversa

Apesar da reação dos povos, das articulações dos devedores, dos juros exorbitantes, tanto os banqueiros privados como os governos imperialistas não recuam um milímetro na sua estratégia de domínio. Ao contrário, partem para a ofensiva. Tratam de jogar os “bons devedores” (bons para eles), como Brasil e México, contra os “rebeldes”.

Isto ficou claro na reunião dos *Sete Grandes* (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá), realizada em Londres dias 8 e 9 de junho. Os governantes imperialistas acenaram com prazos maiores... mas apenas para os “bons meninos”, que seguem à risca o FMI. O foco maior da inflexibilidade foi o governo Ronald Reagan.

4 PROPOSTAS

O agravamento do quadro da dívida precipitou a discussão sobre a saída para os endividados. A grosso modo, há quatro propostas em debate: duas de submissão ao imperialismo e duas outras de resistência.

Entregar tudo

É a saída favorita dos banqueiros e dos governos das grandes potências. Está sendo aplicada quase ao pé da letra no Chile, sobre os cadáveres dos patriotas assassinados pela ditadura de Pinochet. O resultado é a recolonização da economia chilena, a ruína da indústria e uma taxa de desemprego que em Santiago castiga um quarto da mão-de-obra.

No Brasil, o maior paladino da entrega total é Roberto Campos, senador do PDS. Ele propõe que se resolva o problema com a liberação total da remessa de lucros para o exterior e com a livre entrada de bancos e capitais estrangeiros no Brasil.



O CONTINENTE HIPOTECADO

Dívida externa em bilhões de dólares

Campos é claro e atencioso ao expor as soluções dos banqueiros, baseada em dois eixos: “as exportações e a redução da participação do setor público na economia”. Pretende que o Brasil trabalhe em tempo exclusivo apenas para pagar a dívida, num esquema altamente exportador, destruindo o mercado interno e perdendo qualquer autonomia industrial. Já a briga com o setor público visa a torpedear as empresas estatais, as únicas que teriam calibre para desafiar as multinacionais.

A idéia de Campos é fazer do Brasil uma grande Zona Franca, uma espécie de Singapura, Coreia ou Hong-Kong tamanho família, com as portas escancaradas para explorarem nossa mão-de-obra e recursos naturais.

Continuar rolando

É a proposta aplicada no México e também no Brasil, pela dupla Delfim-Galvêas. No fundo, não passa de uma variante pragmática, à prestação, da entrega total. Foi assim resumida por Ernâni Galvêas, há dias, na Escola Superior de Guerra: “Não vamos pagar dívida alguma. Os banqueiros sabem disso. Vamos pagar os juros e, quando o dinheiro não der, eles nos darão mais, para continuar a pagar os juros”.

A idéia é, portanto, rolar, ir levando a dívida e pagar “apenas” os juros. Contudo é exatamente isso que os usuários da dívida querem. Os juros são o lucro dos banqueiros. Eles só emprestam dinheiro para embolsar os juros, a taxas que eles mesmos ditam e com comissões crescentes.

As principais consequências dessa política são, de um lado, o aumento brutal do montante dos juros; e de outro, novas concessões entreguistas cada vez que se renegocia a rolagem das amortizações.

Pode parecer que a linha de rolar a dívida é apenas momentânea, entretanto ela já está em vigor há mais de quatro anos e trouxe mudanças profundas na nossa estrutura econômica. A participação dos EUA nas exportações brasileiras, por exemplo, pulou de 15% para 30% nestes quatro anos.

A receita Alfonsín

É a alternativa argentina, depois da eleição de Alfonsín, que enviou sua “carta de intenções” diretamente a De Larosière, o chefe do Fundo. Conteúdo da carta: pede dinheiro mas não engole a receita do FMI; diz que aumentará os salários entre 6% e 8% acima da inflação e recusa-se a aplicar uma política recessiva.

No Brasil, esta tese de negociar a partir de uma posição de força tem seus adeptos nas oposições e até em setores do PDS: defendem uma moratória e articulações com os demais devedores para forçar a baixa dos juros.

É uma posição distinta das anteriores, porque em muitos casos representa uma tentativa de resistência. No entanto tende à conciliação com os vorazes credores. E tem muito de ingenuidade, pois nos gabinetes dos bancos não há posição de força possível para os devedores.

A Venezuela desde 1983 segue esta linha, com uma seqüência de moratórias de dois ou três meses, e continua sufocada pela dívida e por seus altíssimos juros.

Romper as amarras

Na mesma linha de resistência, esta alternativa distingue-se da anterior por não partir da aceitação do sistema usurário. Considera como ponto de partida a ruptura das amarras que prendem os devedores aos impérios financeiros. É a posição dos movimentos populares latino-americanos e, no Brasil, tem sido vitoriosa em quase todas as instâncias do movimento sindical, estudantil, de moradores e outros.

Em termos imediatos, propõe a suspensão do pagamento da dívida externa até que a população decida o que fazer. Isto implicaria uma verdadeira devassa para se saber quanto se deve, para quem e em que condições, e também um debate democrático no qual todos poderiam opinar.

A força desta posição reside em que o povo, que nunca se beneficiou dos empréstimos externos, é quem suporta o ônus do pagamento, sendo natural, portanto, sua simpatia pela tese da luta com os banqueiros.

Princípios

Revista teórica, política e de informação MAIO, 1984 Cr\$ 2.000,00



O TROTSKISMO CORRENTE POLÍTICA CONTRA REVOLUCIONÁRIA

O FREUDISMO E OS "FREUD-MARKISTAS"

O MARXISMO, DOCTRINA VITORIOSA E IMORTAL

O PAPEL SOCIAL DA ARTE PROGRESSISTA

EDITORA ANITA GARIBALDI

8

O Trotskismo — corrente política contra-revolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

Em defesa da liberdade: discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00.

ATENÇÃO: Novo endereço da Editora Anita Garibaldi — Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 317, sala 43 - CEP 01317 - fone: 34.0689.

Greve e ocupação da CSN em Volta Redonda

A zero hora da quarta-feira, dia 20, os 22 mil operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), entraram em greve, fato inédito nos 43 anos de existência da empresa estatal. Os trabalhadores também ocuparam as instalações da CSN e, segundo a direção da Companhia, cada dia de paralisação acarreta um prejuízo de Cr\$ 5 bilhões.

Os metalúrgicos apresentaram uma pauta com 45 reivindicações. Entre estas se destaca a equiparação dos salários da CSN aos da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Embora ambas sejam empresas estatais, o piso salarial da CSN é de Cr\$ 130 mil, enquanto o da Cosipa ultrapassa os Cr\$ 200 mil, segundo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Os trabalhadores também reivindicam estabilidade no emprego.

Aferrado ao decreto-lei 2.065, o governo se mantém intransigente em aceitar as exigências dos operários da CSN. O ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, afirmou que não pretende aceitar a equiparação dos salários dos grevistas com os dos operários da Cosipa. Isto apesar da CSN ter todas as condições de conceder melhores aumentos. No ano passado a Companhia obteve grandes lucros com as exportações. Ela exportou um

milhão e 118 mil toneladas de aço. Além disso a produtividade da empresa, considerando-se homem/hora/ano, cresceu 34,7% em 1983.

O movimento dos operários da CSN tem se caracterizado pela grande combatividade e unidade. Na sexta-feira, dia 15, o Sindicato ocupou a usina por uma hora e meia. No domingo foi realizada a assembleia com cerca de 15 mil metalúrgicos presentes, que marcou o início da greve para quarta-feira, caso a direção da empresa se mantivesse intransigente. A decisão da greve na quarta foi tomada em votação individual e secreta.

A greve se iniciou na madrugada do dia 20 com a adesão total. Por orientação do Sindicato só 500 funcionários continuaram trabalhando nos altos-fornos, na coqueria, na fábrica de oxigênio e nos sistemas de água e oxigênio.

Além da greve, a assembleia de domingo decidiu pela ocupação da empresa a partir das

16 horas de terça-feira. Os operários que chegavam à fábrica neste dia já traziam colchonetes e comida, preparados para dormirem no interior da empresa. Nas negociações realizadas no Tribunal Regional do Trabalho, a direção da CSN se mostrava mais revoltada com a ocupação da empresa do que com a própria greve.

AÇÃO DO SINDICATO

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda teve um papel de destaque na organização e deflagração da paralisação. José Juarez Antunes, presidente do Sindicato, eleito há nove meses, desde que tomou posse não pôde entrar na siderúrgica, proibido pela direção da CSN. Apesar disto, o Sindicato realizou o trabalho de preparação do movimento.

A **Tribuna Operária** entrevistou José Juarez no dia do início da greve. Segundo ele, os grevistas têm recebido ameaças da empresa. “A direção da CSN ameaça o Sindicato e os trabalhadores, dizendo que a greve e a ocupação são ilegais. Inclusive me ameaçaram de prisão por conduzir a ocupação. O próprio Sindicato está ameaçado de pagar uma multa pela atitude. Parece que eles não estão muito acostumados com os trabalhadores lutando por seus direitos. Mas da nossa parte isto não nos intimida.”

Ele também ressaltou a importância da solidariedade do povo. “O apoio da comunidade está sendo muito importante. Hoje recebemos 10 mil refeições doadas por outros sindicatos e associações de moradores de bairros. O Fundo de Greve está funcionando bem organizado. E com a continuidade do movimento este apoio só deve aumentar. Da parte dos grevistas da CSN isto dá mais força à greve, e o clima lá dentro é espetacular, com muita unidade e animação.” (da sucursal).



Os canavieiros querem um preço melhor pela cana cortada

Greve alastra-se nos canaviais do sul de Goiás

Mais de 3.500 cortadores de cana volantes do sudoeste goiano deflagraram greve a partir do dia 15, para exigir melhores preços pelo metro da cana cortada. O movimento atinge os municípios de Indiara, Acreúna, Jandaia, Palmeiras, Guapó, Edéia e os distritos de Cesarina, Linda Vista e Posselândia. No dia 18, foi constituído um Comitê de Apoio aos grevistas.

A greve foi fruto de um intenso trabalho de organização dos trabalhadores realizado pelos sindicatos de trabalhadores rurais locais e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg). Foram feitas diversas assembleias de canavieiros, mas os patrões sempre vinham protegendo o atendimento das suas reivindicações. Nas assembleias realizadas nos dias 16 e 17 nos municípios de Acreúna, Jandaia, Maurilândia e Indiara, os trabalhadores rechaçaram o prazo do dia 26 proposto pelos fazendeiros.

Em Acreúna, no dia 15, começaram os “paradeiros”, que se espalharam como um rastilho de pólvora para os outros municípios, tal era o grau de revolta entre os canavieiros. Numa assembleia dos cortadores de cana em Maurilândia, os 250 trabalhadores presentes elegeram duas mulheres para negociar com os patrões: Gercina Maria do Nascimento e Nelsi Alves Pereira. O caso de dona Gercina serve para ilustrar a dramática situação vivida por estes assalariados rurais.

Ela foi demitida da Usina Agromom porque, junto com outras companheiras, estavam reivindicando melhores preços na “bituca”, serviço de coletar a cana que a máquina deixa cair. Gercina luta para receber os direitos trabalhistas referentes aos nove meses em que esteve empregada na usina. “A gente trabalha o dia inteiro, de sol a sol, e o que ganha não dá nem para comprar um quilo de carne”, reclama.

ORGANIZAÇÃO

A organização é a principal arma dos rurais. Em Acreúna, os piquetes montados passam a noite nas estradas que dão acesso às usinas. Em Rio Verde, 165 trabalhadores foram

Aldo apóia canavieiros

O deputado federal pelo PMDB de Goiás, Aldo Arantes, pronunciou na Câmara dos Deputados, no último dia 14, um discurso apoiando os canavieiros. “A luta dos trabalhadores rurais de Goiás, particularmente dos cortadores de cana, é de extrema justeza”, afirmou. “Submetidos a escorchantes condições de trabalho, beirando o regime de semi-escravidão, recebendo salários insignificantes, os cortadores de cana começam a dar uma demonstração de sua firme e combativa disposição de luta. Eles lutam por um preço mais justo para a tabela por corte de cana por metro corrido de cinco linhas; por repouso semanal remunerado; 13º salário; direito a férias; assinatura da Carteira de Trabalho, fornecimento gratuito de transporte com segurança, atendimento médico e água tratada”, acrescentou ele em outro trecho.

demitidos porque haviam participado de uma assembleia reivindicatória. Foi formada uma comissão e diante da pressão os patrões os readmitiram.

O presidente da Fetaeg, Amparo Sesil do Carmo, afirmou à **Tribuna Operária** que “os trabalhadores estão manifestando uma disposição de luta muito grande”. Ele informou que nos piquetes nas vias próximas às destilarias Nova União e Alcool Verde, conseguiram a adesão de dois mil canavieiros transportados em 22 caminhões.

Mobilização vitoriosa dos operários da Sur

Os 530 funcionários da Fábrica de Elevadores Sur, em Guaíba, na Grande Porto Alegre, obtiveram uma expressiva vitória graças à sua união e organização. A sua luta culminou com uma paralisação em toda a fábrica no dia 8; e a empresa aceitou negociar as principais reivindicações: aumentos salariais, reclassificação de funções, estabilidade por dois anos e pagamento de insalubridade.

A mobilização dos operários da Sur veio num crescendo desde o ano passado. A presença constante do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre — a fábrica tem 95% dos operários sindicalizados — e uma liderança firme e equilibrada foram fundamentais para dobrar os patrões, que tentaram se manter irreduzíveis. (Funcionários da Sur, amigos da FO)

Após os lucros de verão, demissões na Brahma gaúcha

A Cervejaria Brahma, em Porto Alegre, está demitindo em massa. Só este ano já foram despedidos 200 operários — 59 no último dia 12, além de 40 que entraram em férias. Segundo o Sindicato da Alimentação, “a cervejaria demite seus empregados depois de um verão que propiciou o maior volume de vendas dos últimos anos, deixando um fabuloso lucro à empresa”. Roberto Carneiro, presidente do Sindicato, disse em assembleia da categoria que “se não nos unirmos, vamos todos para a rua. Somente nós podemos lutar para impedir as demissões”.

No mesmo dia, o gerente da Brahma, Wálter Becker, percorreu a fábrica afirmando que “ficaram os melhores na empresa. Daqui para frente ninguém mais será demitido”.

Professores do Ceará completam um mês de greve

Os professores da rede municipal de ensino de Fortaleza e os da rede estatal do Ceará estão em greve desde o dia 24 de maio. Na capital, a paralisação é total. Várias categorias e vários órgãos da administração direta e indireta do Estado e do município estão aderindo ao movimento.

No dia 18, os grevistas realizaram assembleia, com mais de 5 mil funcionários, e decidiram que não voltarão ao trabalho enquanto não forem atendidas suas reivindicações: melhores salários; eleições diretas dos diretores das unidades de ensino; concurso imediato para efetivar os admitidos temporariamente; pagamento de salários atrasados; 13º salário, entre outras exigências. (da sucursal)

Funcionários da UFRRJ contra punições à greve

A greve dos funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro cresce a cada dia. Além dos reajustes salariais (mais de 41% dos funcionários recebem menos de um salário-mínimo), reivindicam o uso do bandeirão, creche etc. Os grevistas estão em assembleia permanente desde o mês passado. Nas plenárias, discutem-se desde a corrupção dos chefes de setor até o corte de ponto de alguns grevistas.

No Jardim Botânico da UFRRJ o chefe José Lobão Guimarães, após agredir um funcionário, não o deixou bater o ponto. Lobão quase foi linchado por mais de 200 colegas do agredido que, revoltados, concentraram-se no local. (Dolto Apolinário, presidente da Associação dos Servidores da UFRRJ)

Secundaristas elegem Diretas-Já em Brasília

Diretas-Já foi vencedora nas eleições da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), ocorridas no Congresso da entidade, dias 16 e 17 últimos. Realizado após dois anos de reconstrução da Umesb, o Congresso havia sido adiado por cinco vezes, foi boicotado por alguns diretores ligados à corrente *Libelu* e contou com pouco apoio, devido ao imobilismo e sectarismo de sua antiga diretoria. Mas agora os secundaristas deram a volta por cima e, segundo a presidente eleita, Raquel Andrade, da *Viração*, as principais lutas da nova gestão serão contra a repressão e pela democracia nas escolas; contra os aumentos abusivos e semestrais; pelas eleições etc. (da sucursal)



Grevistas da CSN ficam concentrados no portão da empresa

Marreteiros paulistas lutam pelo direito de ficar na rua

Com a crise, aumenta o desemprego, e com isso os marreteiros ou camelôs tomaram conta das ruas das grandes cidades. Vendem os mais diversos tipos de bugigangas, frutas e doces para sobreviverem. Norival Abade Carvalho, 22 anos, vende tomate no seu tabuleiro no centro de São Paulo e comenta: “Temos que ser teimosos, teimosos, senão vamos viver do quê?” Naquele dia de manhã, a fiscalização apreendeu suas mercadorias, mas à tarde ele estava de volta. Com este trabalho Norival sustenta sua mãe e cinco irmãos menores.



Norival vendendo tomates: “Temos que ser teimosos, senão vamos viver do quê?”

O vice-presidente da Associação, Antônio Dias Lopes, 48 anos, conta que mantém seus nove filhos vendendo feragens domésticas e sandálias *havianas* em frente ao mercado municipal de São Miguel Paulista. Comenta que antigamente a situação era pior: “A gente tinha que pagar tanto para a polícia como para o investigador e ainda tinha que correr”.

SITUAÇÃO DRAMÁTICA

Agripina Goulart da Silva vende meias e com isto sustenta toda a sua família. Sentada em um banco na Associação, face abatida, fala das suas dificuldades: seu marido é idoso e não trabalha; um filho é doente mental e uma outra filha, enfermeira, está desempregada e adoentada. “O único dinheiro que consigo ganhar por dia é em torno de Cr\$ 3 mil. Isso não dá pra comprar nem o feijão para sustentar as quatro pessoas lá em casa. Pa-

go Cr\$ 35 mil de aluguel e tem dia que sinto o máximo de desespero. Chego em casa e não tem arroz, feijão, nada”, clama Agripina.

Outros que sobrevivem do comércio ambulante são alguns deficientes físicos. José Cláudio Domingos da Silva, 24 anos, paraplégico, vende maçãs na calçada da rua General Carneiro, centro de São Paulo. Ele era motorista de táxi, ficou paraplético quando foi assaltado e levou um tiro na coluna vertebral. “Faço tratamento até hoje e a renda que recebo não é suficiente para sobreviver. Tenho família e pago Cr\$ 70 mil de pensão por mês”, explica Cláudio.

Os marreteiros enfrentam uma pressão constante dos grandes comerciantes que tentam enxotá-los das proximidades de seu comércio. E para barrar estas ameaças, os ambulantes estão se organizando. A criação da Associação dos Marreteiros é um primeiro passo importante para isso.

Chega ao fim o reinado do pelego na Fetag da Bahia

O reinado de 13 anos de um dos maiores pelegos do sindicalismo baiano, Estevam Nunes de Almeida, caiu na última terça-feira. A Chapa 1, liderada por dois membros da atual diretoria, Aurelino Bastos e Aluísio Carneiro, conseguiu uma vitória esmagadora nas eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) por 127 a 25 votos.

A vitória já era esperada. A Chapa 1 foi forjada de forma democrática, em convenção que reuniu mais de 90 sindicatos. Todos reclamavam o descompromisso de Estevam Nunes para com as lutas dos trabalhadores. Mas mesmo este apoio expressivo das entidades sindicais não impediu que sindicalistas ligados ao PT, em nome de uma pseudo-democracia, tivessem pregado o voto nulo, defendendo o voto direto para a Fetag e Contag. A resposta foi dada nas urnas: apenas quatro votos nulos. E a chapa do pelego só conseguiu mais dez votos do que o número total dos integrantes da própria chapa.

COMPROMISSO DE LUTA

A votação transcorreu em clima de muita euforia. Era visível a vontade de mudança na Fetag. Todos apoiavam o programa da chapa vencedora, que fala na descentralização da atividade da Fetag, criando pólos sindicais e assumindo o compromisso de centrar fogo nas áreas em que os conflitos de terra são mais frequentes — a exemplo das regiões do cacau, de reflorestamento e do sertão, que vive da agricultura de subsistência e da pequena pecuária. Não faltaram as provocações. Durante a votação distribuíram panfletos apócrifos acusando a Chapa 1 de ligada ao PC do Brasil. Em vez de amedrontar os camponeses, isto deu mais ânimo aos sindicalistas, que a todo momento faziam gozações com Estevam

Nunes, um confesso eleitor do PDS e defensor da candidatura Mário Andreazza para presidente da República. O principal compromisso da chapa é levar a luta pela reforma agrária: “A terra deve pertencer a quem trabalha. Sua distribuição deve atender aos princípios da justiça social e produtividade” — diz a plataforma de trabalho da nova diretoria. Wilson Martins Furtado, líder camponês, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina e membro da chapa eleita, considera que a diretoria eleita representa os novos tempos que vivemos. Ele declarou que “a entidade não pode ficar a reboque dos acontecimentos, como ocorre sempre a cada assassinato de posseiros, a cada prática de grilagem, etc. Tem de estar junto, esclarecendo, atuando, preparando a luta, que é constante. Tem de estar nas áreas de conflitos onde a ação dos latifundiários é mais escancarada. Precisa dar atenção à legalização da posse da terra e debater os projetos do governo. Não receber os pacotes prontos, não se omitir, este é o compromisso da Fetag”. Aluísio Carneiro, ex-secretário e atual vice-presidente da diretoria vitoriosa, diz que “a nova direção da Fetag está coesa por ter sido escolhida em convenção democrática, com grande participação. Por isto, tem maiores compromissos com a categoria, vai levar a entidade para o interior, vai combater a grilagem com vigor”.



Aluísio (à esquerda) e Wilson (ao centro): novos diretores da Fetag

“Zé Ferrugem” vence as eleições em Recife

Zé Ferrugem, a chapa encabeçada por João Paulo, foi a vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Recife, ocorridas entre 13 e 15 de junho. Com 3.092 votos, derrotou a Chapa 2, uma articulação dos antigos pelegos que foram postos para fora do Sindicato em 1981, e que agora conseguiram 842 votos. No programa de lutas, a nova diretoria levanta a questão do arrocho salarial, do direito de greve, de um sindicato independente do governo, e contra o desemprego. Aliás, a categoria foi duramente castigada por este mal — de 42 mil metalúrgicos há dois anos atrás, hoje existem 30 mil. A nova diretoria, em seu programa, também afirma: “O trabalhador precisa de democracia e de uma outra política econômica do governo”, levantando a necessidade das diretas-já.

Jorge César, secretário-geral da entidade, afirma que “o Sindicato defende a unidade dos

trabalhadores, a unificação numa central única, pois a divisão não ajuda o desenvolvimento do movimento. A unidade deve ser em cima da luta, com um plano mínimo de trabalho”. Quanto à campanha pelas diretas, reconhece que “a classe operária entrou nela desorganizada. Mas temos um papel chave na mobilização do conjunto dos trabalhadores e em empurrar a oposição liberal burguesa para frente, forçando-a a assumir propostas mais combativas”. Embora o Sindicato não tenha comparecido à Plenária Unitária em São Paulo, por causa das eleições na entidade, está disposto a assumir “as resoluções tiradas de forma unitária”.

A base do Sindicato passou a ser estadual desde 17 de junho último. A entidade tem uma subsele em Abreu e Lima e uma comissão de fábrica legalizada. (da sucursal).

T0 causa impacto nas fábricas

Causou grande impacto entre os metalúrgicos da capital paulista a Edição Especial da Tribuna Operária que trata das eleições para a nova diretoria do Sindicato da categoria, em julho. Com denúncias vivas contra a ação anti-sindical de membros da Chapa 2 e uma exposição de motivos do porquê votar na Chapa 1, o jornal foi bastante procurado nas fábricas.

Como explica o Editorial, “a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — o maior do Brasil e da América Latina — interessa ao conjunto dos operários em todo o

país. Seu fortalecimento beneficia a luta de todas as categorias e favorece o combate geral pela liberdade e pelos direitos do povo”. Nesta perspectiva, a TO fez um intenso trabalho



Na Ford do Ipiranga, Tribuna causa impacto: “É um jornal sério”

Chapa 2 faz trapaça

No desespero pela desmoralização de suas teses, a Chapa 2 partiu para uma trapaça visando a confundir os metalúrgicos. No estilo dos falsificadores da direita, estes sindicalistas equivocados reproduziram às escondidas, e distribuíram amplamente, a edição especial da Tribuna Operária sobre as eleições sindicais metalúrgicas de 1981. A má fé é evidente. Nesta edição nosso jornal tecia pesadas críticas à atuação pelega da então diretoria do Sindicato. Inclusive desmascarava a utilização da violência contra os operários através dos “Décio Malho”. Foram críticas corretas e não temos por que mudar uma vírgula no que foi publicado. Mas o que era adequado há três anos atrás não se adapta da mesma forma ao que acontece hoje. Entretanto os companheiros da Chapa 2 nem pensaram nisto e não vacilaram em usar deste expediente sujo para jogar poeira nos olhos dos trabalhadores paulistas. Pior ainda. A prática dos “Décio Malho” está hoje sendo utilizada é pela Chapa 2. Nesta campanha já agrediram e feriram vários operários que faziam propaganda da Chapa 1. Na

Fundição Brasil chegaram a usar dois revólveres para intimidar trabalhadores que distribuíam a Tribuna. Mas não é só isto. Além de não ter por que e alterar o que foi publicado, temos certeza de que aquele combate coerente, baseado em princípios, foi um dos fatores importantes para que o Sindicato abrisse suas portas para a categoria, colocasse as sub-sedes em funcionamento, saísse do imobilismo e fosse para as portas das fábricas, como faz agora. Se hoje apoiamos a Chapa 1, de composição com a diretoria, é porque consideramos que as mudanças ocorridas justificam esta aliança. A Chapa 1 é representativa de uma ampla unidade e permite continuar, nas condições atuais, o combate iniciado em 1981 — apesar de não ser uma Chapa sem defeitos. Só quem não viu a mudança foram os elementos míopes da Chapa 2. Estão tão sem idéias, tão vazios, tão sem argumentos, que em vez de produzir seus próprios materiais de propaganda, tentam usar a fraude de distribuir um jornal de três anos atrás, para tapear os operários.

de reportagem, com idas às portas das fábricas e entrevistas com sindicalistas e políticos das mais variadas tendências para confirmar as denúncias publicadas. Tudo o que foi publicado está documentado e gravado e encontra-se à disposição de quem quiser ver e ouvir. O jornal aponta dez razões para o metalúrgico votar na Chapa 1, **Unidade na Luta**, “que não é uma simples continuidade da gestão anterior, nem muito menos dos tempos de acomodamento e pelegismo que o Sindicato viveu depois de 1964. É a chapa da renovação. Incorpora uma parte da diretoria atual; e companheiros que no passado fizeram com razão — oposição à conduta da diretoria; companheiros que se destacaram nas fábricas durante as últimas lutas”. A Tribuna Operária também entra na briga eleitoral. Polemiza com cada uma das “falsidades mais cabeludas” da Chapa 2, que centra seu ataque ao Sindicato e deixa de lado os patrões e o governo. O jornal faz duras e comprovadas denúncias contra Hélio Bombardi, encabeçador da Chapa 2, que personifica a política anti-sindical desta articulação. Reconstituindo a história com inúmeros fatos, mostra que Bombardi furou a greve contra 18 demissões que ocorreram na sua fábrica, a Irlimp, em 1º de julho de 1983. Por último, numa entrevista exclusiva e gravada, mostra as boas relações de Bombardi com a direção da empresa. “Ele é um homem útil, muito útil, para a empresa”, afirma

José Tiago Rodrigues, chefe de custo, assessor do departamento econômico e “homem de confiança da empresa”, com ele próprio diz. Rodrigues é um defensor ardoroso da Chapa 2. Com este farto material, a Tribuna caiu como uma bomba na campanha eleitoral. Na Ford, um dos poucos locais onde a Chapa 2 tem presença, o jornal causou grande repercussão. Segundo uma liderança da fábrica, “foi o melhor material que entrou dentro da Ford até agora. O jornal é bom porque fala a verdade e mostra os fatos. Ninguém questiona o que está escrito, porque está tudo detalhado, documentado. Não é um material de baixo nível, de xingaxinga. É um material sério”. Na RCN, empresa com 600 metalúrgicos na Penha, o jornal foi a pá de cal sobre a Chapa 2. “Desta vez vocês não perdoaram, acabaram com o presidente da outra chapa” — comentava um operário. “Tive o carinho de levar o jornal para casa e ler tudo o que está escrito. Eles não têm como desmentir, está tudo detalhado.” Indignado, ele perguntou: “Como o tal do Hélio pode querer presidir o nosso Sindicato? Falam muito e fazem pouco. Até na fábrica ele fura greve. Não serve”. Outros quatro metalúrgicos, sindicalizados, concordaram. Na Lorenzetti, na Moóca, apoiadores da Chapa 2 distribuíram a Edição Especial da TO de 1981 (ver box). Mas imediatamente um operário mostrou a vivacidade de sua classe: “Ei, esse aqui é velho! Não serve para esta eleição”.

Melhores artigos

Tribuna Operária

EDIÇÃO ESPECIAL — 27 DE JUNHO DE 1984

Cr\$ 50,00

OPOSIÇÃO DE VERDADE AO GOVERNO E AOS PATRÕES

Auréli diz por que vota na Chapa 1

As 7 maiores falsidades da Chapa 2

Unidade na Luta

“Ele furou a greve contra as demissões”

“O Hélio ganhou a confiança do patrão”

Na defesa do sindicalismo de classe, Aurélio Peres explica os motivos para o metalúrgico votar na Unidade na Luta. Pág. 6

A Tribuna Operária entra na briga e denunciará cada um dos argumentos falsos utilizados nesta campanha. Páginas 4 e 5

O desemprego e a crise do arrocho salarial como a própria luta do povo pela democracia.

A unidade é a arma-chave da classe operária. Nesta eleição dos dias 2 a 5 de julho, para conquistar um Sindicato mais forte e mais atuante, os metalúrgicos enfrentam a Chapa 2, unidade na luta, de verdadeira oposição. Contra os patrões e contra o governo, a Chapa 2 representa o rumo certo.

Nesta edição especial, a Tribuna Operária expõe suas razões sobre a eleição aos companheiros metalúrgicos. Pretendemos contribuir para que o proletariado releve sua organização nas fábricas, no sindicato, e assumam de fato seu posto na luta dos brasileiros para tirar o país da crise.

Amigo pessoal de Hélio Bombardi denuncia: “No dia 1º de julho ele furou a greve na Irlimp”. Pág. 7

A afirmação e do representante patronal da Irlimp, que elogia a ação do encabeçador da Chapa 2. Pág. 8

Vitória dos trabalhadores da informática

Após longa e difícil batalha, os profissionais em processamento de dados espalhados pelo país comemoram uma importante vitória: no último dia 13, foi assinada a portaria que define o enquadramento sindical da categoria. Assim, os trabalhadores deste setor poderão realizar um velho sonho: formar seu sindicato, forte e atuante.

AFETADA PELA CRISE

Calcula-se que existam no Brasil cerca de 180 mil profissionais em processamento de dados, dos quais 75 mil trabalham em São Paulo. Nos últimos anos, com o desenvolvimento das técnicas de informática, este setor teve grande crescimento. A atividade de processamento de dados (PDs) estendeu-se para quase todos os ramos da atividade econômica. Atualmente, toda movimentação bancária e financeira do país é feita e controlada pela computação, o mesmo ocorrendo com os órgãos do governo, inclusive os famigerados arquivos dos serviços de segurança (SNI, Dops etc). Como ressalta Francisco Assis Aderaldo, presidente da Associação dos Profissionais em Processamento de Dados (APPD), de São Paulo, “esta é uma categoria estratégica para o processo de transformação do país. A tecnologia que ela manipula tem influência decisiva no andamento de vários processos de produção e gerenciamento da economia. Imagine uma greve da categoria; os patrões não aguentariam um dia”.

Apesar da sua importância estratégica na economia nacional, a categoria não ficou imune aos efeitos da crise que abala o país. O seu vertiginoso crescimento deu-se sem nenhum controle. Ela nem é regulamentada profissionalmente, o que dá brecha para inúmeros mecanismos de exploração. Melhor remunerados do que a média dos trabalhadores brasileiros, os profissionais em processamento de dados tiveram seus salários achatados nos últimos anos. As condições de trabalho dos profissionais em PD são precárias. Os operadores e digitadores, por exemplo, trabalham em ambientes de temperatura baixa. São comuns as doenças profissionais. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), já existe inclusive uma doença própria dos analistas e programadores de computador: a *Burnout*, ou, como foi batizada, a “cuca fundida”. Devido às pressões das chefias e ao acúmulo de tarefas, é comum o trabalhador perder a memó-

ria. Júlio César, diretor da APPD-SP, lembra uma cena “engraçada”: “Certo dia, deu branco na cabeça. Não consegui lembrar o telefone de minha casa. Tive que pedir ajuda a um companheiro de trabalho, que pensou que eu estivesse louco”.

Fruto do crescimento e da piora das condições de vida, a categoria vem se organizando. Em 1977, surgiu a primeira APPD e atualmente existem 18 associações estaduais e uma nacional. Só que, por serem entidades civis, há muitas restrições ao trabalho sindical. No caso de São Paulo, a situa-

ção da categoria agrava-se. Ela fazia parte da base do Sindicato dos Agentes Autônomos, o qual possui uma diretoria pelega que só se preocupava com a arrecadação do imposto sindical. Com o enquadramento sindical, finalmente a categoria tem condições de formar seu sindicato. “Isto significa uma grande vitória. De agora em diante, os próprios profissionais em PD é que vão participar diretamente do seu dissídio e das negociações salariais. Isto também vai permitir o acesso mais facilitado às empresas”, conclui Assis Aderaldo.



Participantes do II Congresso dos Trabalhadores em PD, em SP



Greve na Bombril por aumento salarial

No dia 11, segunda-feira, do mês de junho, os operários da Bombril entraram em greve reivindicando 40% de aumento real no salário e 40% no vale que até então de 15% e estabilidade por um ano para a comissão.

Os operários realizaram reuniões na semana anterior no Fundo de Greve do Sindicato dos Químicos do ABC. Nas assembleias realizadas foi eleita uma comissão composta por sete pessoas para negociarem com a empresa. Porém, a Bombril tem-se recusado a receber a

comissão alegando ser ela ilegal para uma representação. Da comissão participam duas pessoas que fazem parte da diretoria do Sindicato dos Abrasivos, sendo que um deles é vice-presidente.

A empresa recusou desde o início estas reivindicações e disse que ia estudar um percentual como antecipação para ser desconto no dissídio, caso os trabalhadores retornassem ao trabalho. Essa proposta causou indignação aos operários e estes decidiram manter a paralisação.

Além desta tentativa de desmobilização por parte dos patrões, ameaçaram não pagar o salário e descontinuar os dias parados caso não voltassem ao trabalho. Mas a disposição é muito grande e o pessoal está consciente e muito unido, apesar de passar fome pois fecharam o restaurante. Um ativista diz: "Se o governo achar ilegal a nossa greve, perguntamos ao governo se ele acha legal pais de família verem seus filhos passarem fome." (amigos da TO em São Bernardo do Campo, SP)

Firma demite quem luta por seus direitos

Venho por meio desta deixar público que a firma Platólândia Indústria, Comércio e Exportação Ltda., no dia 31 de maio, achou por bem me demitir, alegando que sabia que eu não estava contente com o salário. Isso porque dias antes eu havia pedido aumento, ao mesmo tempo em que pedi para colocar na carteira uma diferença que era paga por fora, não constava nem no envelope.

Este sistema era mantido com todos os operários. Numa conversa entre companheiros, resolvemos fazer estas reivindicações, sendo que eu falei diretamente ao patrão que nós, operários,

queríamos marcar uma reunião para tratar do assunto. Ele disse que podia registrar aquela diferença porque era de nosso direito. Mas sobre o aumento não adiantava discutir, porque nós não tínhamos condições. Dias depois, falou a um companheiro que tinha que mandar uma pessoa embora, porque ela tinha jeito de agitado. A partir de então, o incapacitado chefe, que por sinal é compadre do patrão, vivia me perseguindo.

Ainda na primeira quinzena de abril, na presença dele e mais alguns companheiros, eu disse que na sexta-feira, dia 13, eu iria sair meio-dia. Ele por diversas vezes me respondeu que eu

só sairia se ele deixasse. E eu respondi: "Se você deixar, não! Você não é dono da firma!"

Ele me respondeu: "Se você falar com o patrão e ele mandar você falar comigo, nem adianta me procurar porque você não vai sair". No dia 12 de abril falei com o patrão e ele mandou falar com o chefe. Este quis saber para que eu queria sair. E eu disse que ia receber o PIS. Ele entrou no escritório, falou com o patrão e veio todo desajeitado me dizer que podia sair no dia seguinte. Mas isto foi o suficiente para me tornar alvo do compadre de um burgoês. (S.F. — São Paulo, SP)

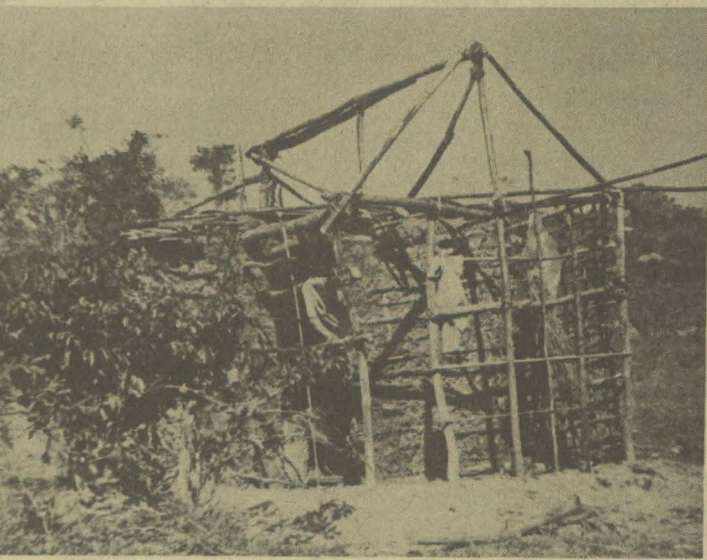
Camponeses de Campo Alegre perseguidos por grileiros

Está provado novamente que o governo age de modo cruel em relação aos problemas do campo: as terras continuam largadas e dominadas pelos grileiros, que agem a seu modo contra os posseiros.

Os camponeses de Campo Alegre vêm sofrendo várias formas de pressão principalmente por parte das autoridades.

Sebastião Silva, camponês do local, foi rendido e teve seu barraco derrubado por José Inácio, tido como "coronel", que o advertiu, dizendo: "Não passa daqui pra frente, senão eu te corto ao meio!"

Estas e outras atuações são feitas com grande frequência pelos grileiros do local, que se dizem donos das terras sem provas concretas. Nos dias 26 e 27 de maio, Inácio voltou a dar provas de arbítrio lançando 130 cabeças de gado em cima das plantações dos camponeses quando eles estavam em reunião no acampamento; destruiu plantações de milho, feijão, verduras e legumes. Era o melhor plantio.



José Inácio diz que irá lançar os bois quantas vezes for necessário pois lá é seu pasto. No dia 4 de junho, chegou no local um camburão da polícia civil. Os policiais derrubaram e queimaram três barracos. Os grileiros queimaram em seguida vários documentos dos camponeses.

Estes e outros acontecimentos vêm se repetindo com a ajuda das autoridades locais. Os camponeses

disseram que os grileiros culpam a polícia e ficam num jogo de empurra-empurra, nada sendo resolvido.

Afirmaram que só querem é plantar para não morrer de fome e ter onde ficar. Foi programada uma passeata para o dia 26 de junho da Central do Brasil até o Palácio do Governo em busca de uma solução para o caso. (amigos da TO em Nova Iguaçu — Rio de Janeiro)



fala o POVO

As cartas vindas de fábricas mostram que a ditadura nas empresas prossegue. Os operários continuam a ser explorados das mais diversas formas; seus direitos não são respeitados. Como diz a carta dos operários da Philco, os patrões se esquecem de que estão tratando com seres humanos.

Uma das formas de lutar contra isso é fortalecer o sindicato de cada categoria e transformá-lo num instrumento de luta. Esta batalha está sendo travada pelos metalúrgicos de São Paulo. Escreva, amigo leitor! E dê sua opinião sobre este acontecimento. (Olivia Rangel)

Em Ribeirão Pires prefeito acusado de desvio de verbas

O prefeito de Ribeirão Pires, Valdirio Prisco (ex-Arena), sua mulher e seu filho, bem como o diretor da Assistência Social da Prefeitura, Farid Eid, estão sendo acusados de desvio do dinheiro público pelo vereador Raimundo Batista Viana.

Tanto o prefeito como as pessoas acima mencionadas estão aplicando dinheiro da Assistência Social, em nome próprio, no mercado de capitais (open market e overnight). Já o sr. Farid Eid, com autorização do prefeito, utilizou-se de veículo da prefeitura para transportar, de Salesópolis a Ribeirão Preto, sua amante e suas mobílias.

O diretor da Assistência Social é acusado, ainda, de cobrar e receber pelo transporte de doentes em ambulâncias, cobrar acima do normal as flores para sepultamento, negar medicamentos receitados em caráter de urgência para crianças pobres. Em certa ocasião, negou o transporte em ambulâncias de uma parturiente sem recursos, alegando que os veículos só podiam circular depois das 6,30 h.

Contra o prefeito ainda são feitas as seguintes acusações: aplicação financeira de valores recebidos com vendas de áreas públicas aprovadas pela Câmara, aprovação de loteamentos irregulares, aprovação por dinheiro de obra embargada.

O prefeito rebate as acusações do vereador afirmando que irá processá-lo por injúria e difamação, aceitando contudo as denúncias contra Farid Eid. E após ser pressionado, abriu uma Comissão de Sindicância e "puniu" o chefe da Assistência Social com "advertência por escrito".

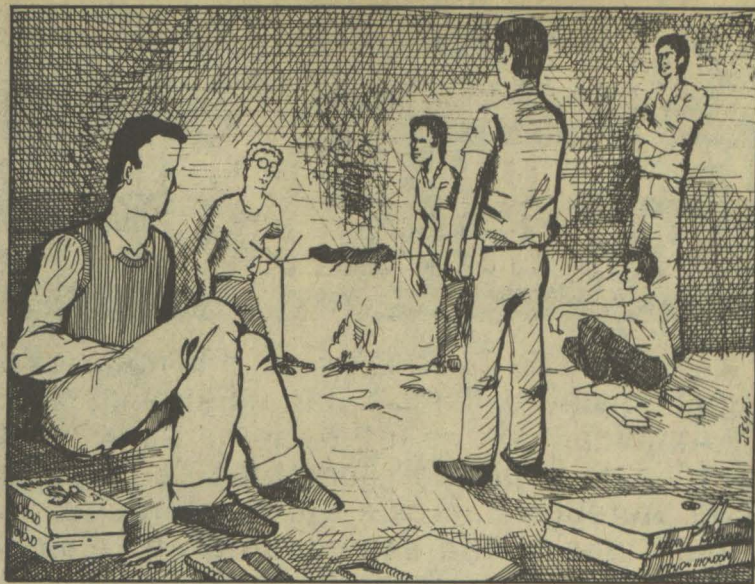
O vereador Raimundo Viana pediu a abertura imediata de uma Comissão Especial de Inquérito na sessão da Câmara de 6 de junho. Entretanto, a maioria dos vereadores, pertencentes à ala reacionária do PMDB, aliados a um pedessista, votaram pelo adiamento da matéria por mais duas sessões, afirmando que as acusações são infundadas.

Setores da ala autêntica do PMDB da cidade afirmaram que isso prova que somente com a participação das massas pode-se transformar a Câmara numa verdadeira casa do povo. Com relação ao comportamento do prefeito e dos vereadores, declararam que a maioria são componentes da antiga Arena, que se passaram para o PMDB não por ideologia política mas por interesses particulares. Dizem ainda nada terem com a briga pessoal de Viana, que também veio da Arena para o PT, mas suas denúncias são graves e que os fatos devem ser apurados de imediato. (N.L.C.C. — Ribeirão Pires - SP)

Diretora expulsa aluno em Mossoró por causa da farda

Nós, estudantes secundaristas de Mossoró, queremos denunciar e repudiar a atitude autoritária da diretora da Escola Municipal de 1º Grau Joaquim Felício de Moura, dona Maria Alves Rosado, que expulsou o estudante Rosenberg Estêvão da Silva, de 14 anos. Isso porque o aluno defendeu o direito de seus colegas assistirem aula sem o uniforme, pois eles são em sua maioria filhos de trabalhadores.

Além do ato ilegal, pois o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria Estadual de Educação não obrigam o uso de uniforme, a senhora Maria Alves Rosado passou em todas as turmas um documento tachando o aluno de mau elemento e indisciplinado para que seus companheiros assinassem, e manipulou todos os professores da escola para que depusessem contra Rosenberg. Tudo isso porque o estudante teve a coragem de enfrentá-la e mostrar que a escola deve ser feita para o aluno. Ressaltamos que atitudes como a da diretora só encorajam os secundaristas de Mossoró a lutar por uma escola democrática, onde possamos escolher nossos diretores. (grupo de apoio Manoel Fogaça à TO — Mossoró, Rio Grande do Norte)



Bandejão de cabra pode dar bode para o reitor da UFRRJ

A universidade brasileira vive hoje dura crise de verbas e ainda mantém o ranço antidemocrático característico dos 20 anos de regime militar.

Frete a este quadro, os estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro levantaram-se no período, passado exigindo suplementação imediata de verbas para não terem seu nível de ensino ainda mais prejudicado e exigindo a democratização da universidade com a participação dos estudantes nos órgãos de decisão e a legalização de suas entidades.

Durante a luta os estudantes tomaram o bandejão e a reitoria o fechou procurando esvaziar o movimento. Os estudantes não desanimaram e ameaçaram abater animais da universidade caso o restaurante não fosse reaberto, para apagar a fome. O reitor se fez de surdo aos apelos da comu-

nidade e não houve outra alternativa a não ser cumprir a ameaça. Foi abatida uma cabra, servida como ensopado aos estudantes. Após isto a reitoria foi ocupada. E os estudantes só saíram com o atendimento de suas reivindicações.

Passados oito meses do abate da cabra, a Polícia Federal intima o presidente do DCE, Eloi Ferreira de Araújo a prestar depoimentos sobre o fato. O advogado e ex-deputado federal Marcelo Cerqueira vem prestando toda assistência jurídica necessária ao DCE.

Os estudantes da Universidade dizem que se algo acontecer com o presidente do DCE a história da cabra dará um bode feio para o reitor pois eles não se calarão e responderão com luta. (estudante da UFRJ — Rio de Janeiro)

Escolas rurais não têm condições de ensino

"Fico com os dedos vermelhos no final do dia porque só tem teco de giz", comentou uma professora de uma escola rural de Crixás, pequena cidade de no interior de Goiás, cuja principal atividade econômica está sendo o garimpo...

As escolas não possuem as mínimas condições de ensino. Há algumas que nem parede têm. Possuem apenas quatro paus cobertos de palhas, com bancos que são tábuas em cima de algumas pedras.

Os alunos não assistem as aulas direito porque este ano ainda não chegou merenda escolar. Eles têm de andar de 4 a 5 quilômetros para chegar na escola; assistem um peda-

ço da aula e reclamam da fome.

Quando chove, não tem aula, pois as crianças não têm como se deslocar e a escola fica toda molhada. Na época da colheita também não há aula pois os pais obrigam as crianças a trabalhar na roça para ganhar dinheiro.

Como as escolas só possuem uma sala de aula, a professora é obrigada a dar aula para alunos de 1ª a 4ª séries simultaneamente. É esta a triste situação das escolas rurais de Crixás, que não difere muito das outras escolas rurais de Goiás. (um estudante de Farmácia da UFG — Goiás)

Juiz de Direito de Correntina é gente boa

Venho solicitar a Vossa Senhoria, a fineza de tornar público esclarecimento que o nº 169 de 28/05/84 a 03/06/84 da Tribuna Operária em sua página 04 publica sob o título "Projeto contra grilagem na Bahia" em seu trecho "os grileiros agem com a convivência de funcionários de cartório e Juiz de Direito e utilizam da velha prática de retificação".

Quem lê o citado trecho fica com a idéia que é o atual Juiz de Direito da Comarca de Correntina, dr. Valmir Santos de Oliveira, que está prejudicando os posseiros e criadores, o que não é a realidade. Nós, trabalhadores, somos testemunhas que o dr. Valmir muito tem contribuído para dinamizar a justiça, apesar dos poucos recursos que há

na estrutura local; esta não dispõe de oficiais em todos os cartórios, faltam funcionários burocráticos, viatura, o que é um absurdo pelo tamanho do município de Correntina.

A época de ouro das retificações de áreas foi o ano de 1980. Neste tempo o Juiz de Direito era outro. Quanto aos oficiais de cartórios, todos os que estão em suas funções atualmente os conhecemos como funcionários responsáveis e honestos; quanto aos falecidos nada podemos dizer.

Certo de seu melhor e mais urgente acolhimento, firmo-nos, muito cordialmente. (Wilson Martins Furtado — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Correntina, Bahia)

Recado dos operários da Philco: somos humanos!

Srs. diretores da Philco de Tatuapé: vocês que tão habilmente administram esta empresa, saiam do pedestal em que se colocaram e venham até os funcionários ver o que está se passando.

Quando projetaram o CI e o PTV esqueceram-se de um fator importante: o fator humano. Agora os funcionários são obrigados a trabalhar em uma seção poluída e sem condições. Nós perguntamos: por

quê? Se esse caso não for resolvido algumas linhas daqui e de Manaus param. Onde está a Cipa? E o CCQ? Onde está o membro do grupo participativo? Onde está a comunicação da empresa, em que a engenharia civil projeta e o chefe do setor assina sem ter tempo para um estudo? Nem mesmo a medicina ocupacional funciona desta vez. (operário da Philco — São Paulo, SP)

Pernambuco, caldeirão de explosão

“Os ingredientes do maior caldeirão de tensão e explosão social de que se terá notícia em nosso Estado.” Assim o deputado Luciano Siqueira se referiu à situação em Pernambuco, Pernambuco é de fato uma região problemática. As cifras de desemprego, além de inéditas em sua história, estão tornando difícil até a manipulação de estatísticas por parte de órgãos oficiais.

Para começo de conversa, com o início da entressafra no setor canavieiro, em março último, 35 usinas e destilarias pararam suas atividades; dos 40 mil operários que ali trabalhavam, 16 mil foram dispensados; e no canavial, onde 250 mil vivem do corte de cana, apenas 100 mil continuaram no serviço. A região possui, portanto, mais 166 mil desempregados, que, somados aos 250 mil até agora detectados, formam a espantosa legião de reserva de 416 mil trabalhadores sem ocupação!

A situação agrava-se mais ainda, pelo fato de toda a Zona da Mata, que tem 60% de sua área tomados pelo irrefreável canavial, submeter-se a um contínuo processo de mecanização, o que se traduz na expulsão de lavas e lavas de posseiros para as regiões metropolitanas.

Há crise no setor? Os barões do açúcar dizem que sim... Sobretudo nesta época do ano. Contudo estranha crise essa que permite a expansão continuada da agroindústria, enquanto os demais ramos desaceleram-se com a redução da produção! A cada ano, os usineiros têm sua área de plantio ampliada, têm as menores taxas de juros nos bancos e os créditos de custeio às suas atividades estão acima da taxa de inflação! E para mudar de assunto, durante os seis meses da safra 82/83, o volume de subsídios ao preço da cana foi suficiente para o pagamento de 112 mil trabalhadores rurais!

Tem razão a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, quando afirma que nem sequer a Lei do Sítio, uma das conquistas dos canavieiros em suas sucessivas campanhas, os patrões aplicam...

Mais trabalhadores são demitidos do que admitidos!

Mas a história não termina aí. Pasmem: no primeiro semestre do ano passado, apenas pouco mais de 95 mil pessoas foram admitidas em novos empregos; e em contrapartida, no mesmo período, mais de 110 mil outras foram friamente despedidas. Isto em todo o Estado! E pela primeira vez em toda a sua história! Será que as “questões metodológicas” do IBGE conseguirão subtrair os 14 mil ganhadores do jogo *ADMISSÃO X DEMISSÃO*? Talvez não, pois neste caso os ganhadores são os verdadeiros perdedores.

Como se vê, o mercado de trabalho em Pernambuco é acentuadamente recessivo, brutalmente discriminatório.

Já em setembro do ano anterior, de um total de 775 mil pessoas da população economicamente ativa, 65 mil estavam desempregadas e outras 101 mil subempregadas. Isto quer dizer que 20% da força de trabalho estão marginalizados da atividade produtiva. É o maior índice de desemprego do país! Aliás, diga-se de passagem, o Estado desceu do trono só uma vez, quando, em janeiro daquele mesmo ano, Minas Gerais apresentou uma taxa de desemprego superior à sua.

Na região metropolitana do Grande Recife é onde se concentra o grosso da mão-de-obra industrial; é aí que o impacto recessivo se faz sentir com mais intensidade. Atualmente, a sua oferta de emprego é de somente 105 por mês, quando, a cada ano, 35 mil novos candidatos se anunciam ao mercado de trabalho. De fato, é um caldeirão que destila lavas. Hoje, o tempo médio que se ocupa para a conquista do elementar meio de sobrevivência, no Recife, é de 22 semanas. Também neste aspecto a capital do frevo é recordista.

Para matar a fome é preciso dar duro 244 horas por mês

Com 58% dos que trabalham não recebendo salários ou no máximo um salário mínimo, e 85% com até dois mínimos, o trabalhador se vê obrigado a suar 244 horas por mês, para obter a cesta básica de alimentos; ou seja, 44 horas a mais do que seria considerado o normal. Explica-se: entre maio de 81 e novembro de 83, segundo levantamento do Instituto dos Economistas de Pernambuco, a queda do salário mínimo real foi de 16%. Num período de dois anos e meio! Já de 64 a 68, quase cinco anos, a diminuição foi de 11%. E numa época de inauguração do arrocho salarial!

Por falar em arrocho, o funcionalismo público, outrora apático, já dá sinais de inquietação frente aos índices de reajustes concedidos pelo governador Roberto Magalhães. É que em 1982, ano eleitoral, o então governo Marco Maciel estipulou em 100% o aumento para o pessoal administrativo e técnico. O novo governo, por sua vez, reajustou o ano passado o mesmo pessoal em 75% e em 80% a magistratura. Para que os salários mantivessem o mesmo poder aquisitivo de 82, os índices deveriam ser de 132% e 118%, respectivamente. Já agora em 84, se Roberto Magalhães tivesse essa preocupação, os reajustes deveriam ser de 245%. Mas o índice foi



Canavieiros: trabalho temporário e a duras penas Nas ruas de Recife os camelôs, fruto do desemprego

Números do desemprego

PERÍODOS	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
1980	274.902	238.536	36.366
1981	262.882	247.543	15.339
1982	244.609	235.123	9.486
1983			
1.º semestre	95.589	110.328	-14.739

FONTE: Ministério do Trabalho e Sudele

de 45% apenas, em que pese a introdução da semestralidade, que aliás está perdendo feio para o custo de vida. A propalada austeridade do atual governo do Estado, no dizer do líder da oposição na Assembleia Legislativa, Sérgio Guerra, está assumindo a feição de “compressão salarial”.

Cobrador paga até carta de fiança contra assaltos

Não se tem ainda uma cifra certa sobre o número de cobradores e motoristas desempregados no Recife; até mesmo porque a direção do sindicato tem se mostrado omissa em relação aos problemas da categoria: chegou inclusive a chamar a polícia, quando os profissionais em assembleia decidiram paralisar o sistema de transporte. Porém, sabe-se ao certo que em função do esquema “dois rolos” de trabalho, onde apenas alguns ônibus circulam nas horas de maior movimento, os profissionais permanecem ociosos, o que vem gerando o não pagamento das obrigações trabalhistas e muito desemprego. Alguns patrões chegam a exigir dos cobradores uma carta de fiança no valor de 100 mil cruzeiros, para se prevenir de possíveis assaltos.

Nesse setor, o painel é rico de tropelias. Muitos profissionais são obrigados a trabalhar

até 16 horas por dia. Não recebem horas extras e quando são demitidos têm o FGTS diminuído e até mesmo encamoteado. Uma cena insólita, mas pouco a pouco tornando-se comum, uma vez que se vem incorporando à paisagem das principais avenidas do Recife, são os grupos de motoristas e cobradores fazendo pedágios para sobreviver.

Também os bancários vêm trabalhando mais de dez horas por dia. Com receio de perder o emprego, não exigem o pagamento das horas extras. Não é demais dizer, o fato ocorre a um palmo de distância da Delegacia Regional do Trabalho.

Empresas fecham e operários é que pagam por isso

E os metalúrgicos? Para se ter uma idéia, de 1981 para cá 86 fábricas fecharam. A categoria, antes com 42 mil profissionais, foi reduzida em 30%. Isto é, entre peões e especializados, pouco mais de 12 mil estão no olho da rua.

Se falar nas fábricas como a Microlite, Piratininga, Alcoa, Volnor, Cosinor e GE, que reduziram a jornada de trabalho com a consequente redução da folha de pagamento. A Tecanor, por exemplo, reduziu em 25% os salários dos empregados. Já a Reciferal há dois anos demitiu 120 trabalhadores e até hoje não os pagou.

Jorge Cesar é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, e afirmou à TO que uma das lutas da entidade é no sentido de “reduzir a jornada de trabalho de oito para seis horas, mas sem a diminuição do salário!” Bem como o “fim das horas extras e a estabilidade no emprego”. O objetivo, segundo o dirigente sindical, é evitar a acumulação do fundo de greve dos patrões.

Uma outra área castigada pelo desemprego é a indústria de construção civil. Com uma queda de 11% no consumo de cimento, um declínio de 23% no número de licenças para construir e a diminuição em 28% da área para construir, estima-se em mais de 20 mil o número de trabalhadores sem emprego, só na capital!

Na região metropolitana do Recife, a construção civil convive com a oferta de tão so-



mente pouco mais de 70 empregos por mês.

Até agora, 11 fábricas têxteis cerraram as portas. Indústrias como a Torre, Tacaruna, Cottonificio Moreno, Macaxeira e Companhia de Tecidos Paulista, fecharam por motivo da crise ou porque matreiramente optaram por outro ramo; é o caso da Torre, do portentoso grupo de José Batista da Silva, que, no lugar do antigo prédio da unidade produtiva, instalou um sofisticado centro de processamento de dados. O certo mesmo é que até agora 25 mil operários tecelões estão sem trabalho.

É, Pernambuco vai mal. Mal, não! Moribundo! De sua capacidade instalada para produzir, utiliza apenas 71%, enquanto no Nordeste inteiro este número sobe 76% e no Brasil como um todo, para 73%. O

ano de 83 registrou 363 falências e a quantidade de títulos protestados em cartório subiu em 35%!

Para o líder do PMDB na Assembleia, Sérgio Guerra, o grande defeito “desse pessoal do PDS que se propõe a um discurso renovador é criticar o modelo econômico em geral, e não particularizar a crítica nos representantes locais do atual sistema”. Em relação às mudanças que a situação exige, defende: “É preciso mexer com a estrutura fundiária, com desdobramentos na política agrícola de financiamento, sem limites de apoio aos pequenos e médios produtores.” Assim, complementa, “seria detido o fluxo migratório para as cidades”.

É... já não se faz mais frevo como antigamente. (Marco Albertim pela sucursal)

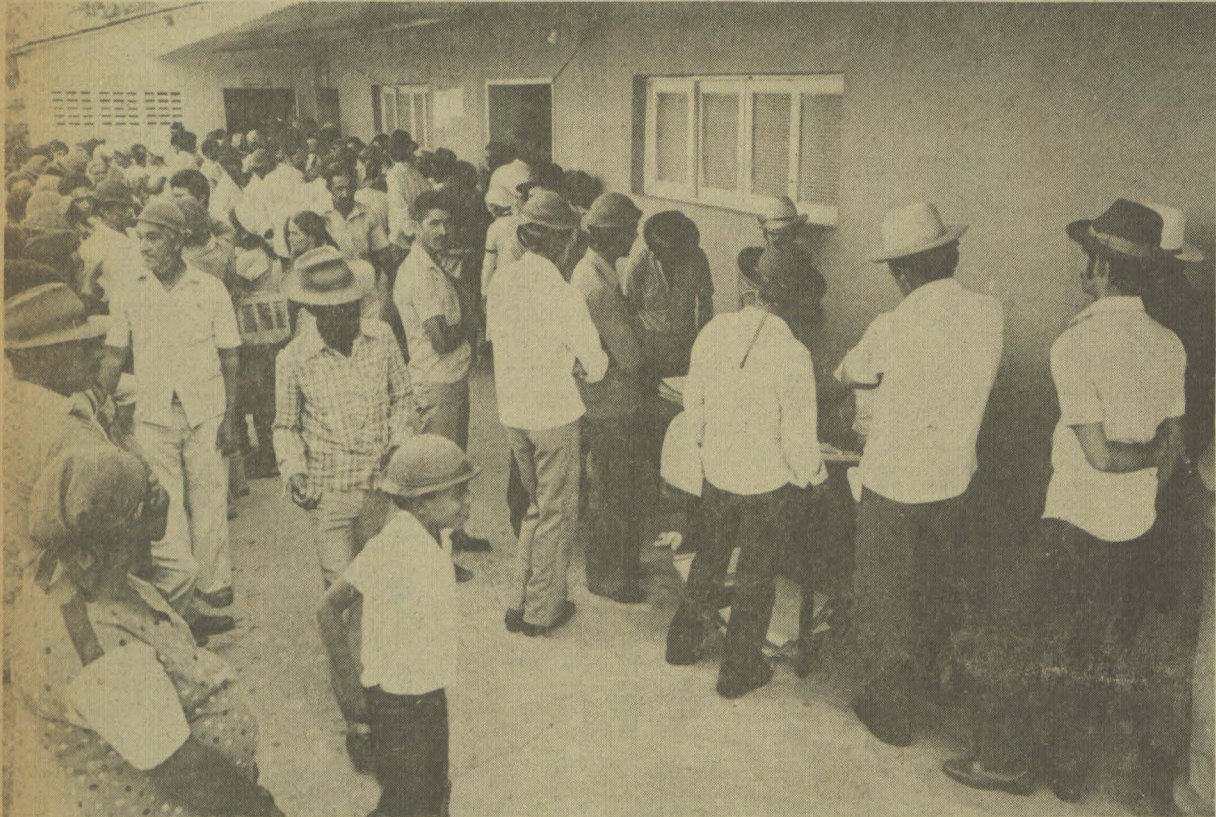
Brahma passou do limite

A Companhia e Cervejaria Brahma de Cabo é conhecida pelos péssimos salários que oferece aos operários, por não pagar vários direitos como a insalubridade e a periculosidade, por fazer rotatividade de mão-de-obra, por obrigar seus funcionários a fazer horas extras ilegais sem bater ponto e por aí vai.

Mas no início deste mês a empresa passou dos limites: operários e trabalhadores de 5, 10, 15 e 20 anos de serviços prestados, que passaram toda a juventude dando seu sangue e suor para aumentar seus lucros, que não aprenderam nem mesmo uma profissão, foram jogados no olho da rua, para a fome e para a luta pela sobrevivência, sem a menor justificativa. Foram 140 pais de família, em sua maioria, que agora estão com as mãos na cabeça sem saber o que fazer, já que a cidade não oferece muitas alternativas de emprego.

O deputado estadual Luciano Siqueira, do PMDB, solidarizou-se com os operários da Brahma afirmando em discurso na Assembleia Legislativa, que “este é um dos poucos setores que mantêm seus lucros. E prosseguiu: “A verdadeira razão (do fato) está na automati-

zação de vários setores da empresa uma semana após o despejo massivo”. Os operários vêm procurando se organizar dentro da empresa, pressionando o sindicato para cumprir o dever de defendê-los.



Lavradores procuram ajuda federal para enfrentar a falta de terra e de emprego